Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015 9

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014 10

Demonstração do Valor Adicionado 11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 12

Balanço Patrimonial Passivo 13

Demonstração do Resultado 14

Demonstração do Resultado Abrangente 16

Demonstração do Fluxo de Caixa 17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015 19

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014 20

Demonstração do Valor Adicionado 21

Comentário do Desempenho 22

Notas Explicativas 30

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 92

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 94

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 95

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes 96

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.880.483.926
Preferenciais	0
Total	1.880.483.926
Em Tesouraria	
Ordinárias	6.193.200
Preferenciais	0
Total	6.193.200

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	28/01/2015	Dividendo	31/03/2015	Ordinária		0,44863
Reunião do Conselho de Administração	28/01/2015	Juros sobre Capital Próprio	31/03/2015	Ordinária		0,04264

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	21.579.529	16.664.641
1.01	Ativo Circulante	9.019.004	12.964.712
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	89.289	3.758.037
1.01.03	Contas a Receber	8.929.715	9.206.675
1.01.03.01	Clientes	8.900.730	9.179.595
1.01.03.01.01	Contas a Receber Operacionais	8.900.730	9.179.595
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	28.985	27.080
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Controladas e Controladas em Conjunto	2.340	115
1.01.03.02.03	Outros Valores a Receber	18.102	21.058
1.01.03.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	8.543	5.907
1.02	Ativo Não Circulante	12.560.525	3.699.929
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.923.329	1.846.127
1.02.01.03	Contas a Receber	1.293	181
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.293	181
1.02.01.06	Tributos Diferidos	723.242	742.909
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	723.242	742.909
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.198.794	1.103.037
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.198.794	1.103.037
1.02.02	Investimentos	9.664.013	969.057
1.02.03	Imobilizado	781.586	701.274
1.02.04	Intangível	191.597	183.471

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	21.579.529	16.664.641
2.01	Passivo Circulante	6.258.372	9.705.428
2.01.02	Fornecedores	3.474.373	3.805.976
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.474.373	3.805.976
2.01.02.01.01	Contas a Pagar a Estabelecimentos	668.205	930.070
2.01.02.01.02	Antecipação de Recebíveis com Emissores	2.240.680	2.250.035
2.01.02.01.03	Fornecedores	549.515	613.661
2.01.02.01.04	Contas a Pagar a Controladas e Controladas em Conjunto	15.973	12.210
2.01.03	Obrigações Fiscais	129.428	436.441
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.043.063	4.829.609
2.01.05	Outras Obrigações	611.508	633.402
2.01.05.02	Outros	611.508	633.402
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	524.785	475.801
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	86.723	157.601
2.02	Passivo Não Circulante	10.022.926	2.650.103
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.720.892	1.438.909
2.02.02	Outras Obrigações	5.290	5.767
2.02.04	Provisões	1.296.744	1.205.427
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.296.744	1.205.427
2.02.04.01.05	Provisões para Riscos	1.296.744	1.205.427
2.03	Patrimônio Líquido	5.298.231	4.309.110
2.03.01	Capital Social Realizado	2.500.000	2.000.000
2.03.02	Reservas de Capital	-99.903	-118.624
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-173.142	-194.478
2.03.02.07	Reserva de Capital	73.239	75.854
2.03.04	Reservas de Lucros	2.894.418	2.421.765
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	3.716	5.969

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.716.806	3.419.191	1.540.273	3.064.895
3.01.01	Receita Operacional	1.909.308	3.802.578	1.708.845	3.401.098
3.01.02	Impostos sobre Serviços	-192.502	-383.387	-168.572	-336.203
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-512.088	-1.018.478	-462.302	-894.246
3.03	Resultado Bruto	1.204.718	2.400.713	1.077.971	2.170.649
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-175.346	-394.318	-237.715	-444.121
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-175.346	-394.318	-237.715	-444.121
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-95.886	-186.583	-88.698	-149.599
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-61.579	-124.278	-51.234	-104.700
3.04.02.04	Vendas e Marketing	-67.512	-121.638	-55.898	-119.227
3.04.02.05	Outras Despesas Operacionais, Líquidas	-54.835	-108.983	-46.517	-79.165
3.04.02.06	Equivalência Patrimonial	104.466	147.164	4.632	8.570
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.029.372	2.006.395	840.256	1.726.528
3.06	Resultado Financeiro	205.542	545.874	333.928	644.476
3.06.01	Receitas Financeiras	498.244	1.014.715	354.563	686.668
3.06.01.01	Receitas Financeiras	3.280	54.613	3.022	5.955
3.06.01.02	Resultado com Antecipação de Recebíveis	493.620	956.534	351.616	680.808
3.06.01.04	Variação cambial, Líquida	1.344	3.568	-75	-95
3.06.02	Despesas Financeiras	-292.702	-468.841	-20.635	-42.192
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-292.702	-468.841	-20.635	-42.192
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.234.914	2.552.269	1.174.184	2.371.004
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-365.466	-770.972	-377.394	-771.536
3.08.01	Corrente	-348.017	-752.955	-442.814	-848.839
3.08.02	Diferido	-17.449	-18.017	65.420	77.303
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	869.448	1.781.297	796.790	1.599.468
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	869.448	1.781.297	796.790	1.599.468
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.99.01.01	ON	0,46232	0,94708	0,42689	0,84963
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,46083	0,94403	0,42550	0,84689

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	869.448	1.781.297	796.790	1.599.468
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-4.168	-2.253	17	78
4.02.01	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-33.089	139.994	-18.750	-43.381
4.02.02	Resultados com Instrumentos de "Hedge" s/Operações no Exterior, Líq dos Efeitos Tributários	28.921	-142.247	18.767	43.459
4.03	Resultado Abrangente do Período	865.280	1.779.044	796.807	1.599.546

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.815.194	1.238.243
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.189.206	2.760.520
6.01.01.01	Lucro antes do IR e da CS	2.552.269	2.371.004
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	199.007	165.323
6.01.01.03	Constituição de Provisão para Perda c/ Imob. e Intang.	11.128	568
6.01.01.04	Custo Resid. de Imobilizado e Intangível baixados	8.285	14.454
6.01.01.05	Opções de Ações Outorgadas	11.530	10.496
6.01.01.09	Perda com Créditos Incobráveis e "Chargebacks"	82.974	57.376
6.01.01.10	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	95.827	90.681
6.01.01.11	Ajuste a Valor Presente do Contas a Receber	44.391	29.795
6.01.01.12	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	325.178	29.770
6.01.01.13	Variação Cambial sobre Juros de Empréstimos e Financiamentos Captados no Exterior	5.781	-377
6.01.01.14	Equivalência Patrimonial	-147.164	-8.570
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-362.699	-458.474
6.01.02.01	Contas a Receber Operacionais	234.475	-24.769
6.01.02.02	Contas a Receber de Controladas e Controladas em Conjunto	-2.225	-2.696
6.01.02.04	Outros Valores a Receber (Circulante/ Não Circulante)	-309	-9.802
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-95.757	-92.588
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-2.636	10.074
6.01.02.07	Contas a Pagar a Estabelecimentos	-354.194	-345.191
6.01.02.08	Fornecedores	-64.146	54.658
6.01.02.09	Impostos e Contribuições a Recolher	-5.802	-19.703
6.01.02.10	Contas a Pagar a Controladas e Controladas em Conjunto	3.763	-1.249
6.01.02.11	Outras Obrigações (Circulante/ Não Circulante)	-71.358	-21.435
6.01.02.13	Pagamento de Processos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-4.510	-5.773
6.01.03	Outros	-1.011.313	-1.063.803
6.01.03.02	Juros Pagos	-38.486	-29.438
6.01.03.03	IR e CS Pagos	-972.827	-1.034.365
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.714.656	-193.158
6.02.01	Aumento de Capital em Controladas, "Joint Ventures" e Coligada	-8.422.930	-1.000
6.02.02	Dividendos Recebidos de Controladas	15.132	3.192
6.02.06	Adições ao Imobilizado e Intangível, Líquido da Provisão (Reversão) para Perdas	-306.858	-195.350
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.230.714	-1.148.248
6.03.01	Captação de Empréstimos	8.839.422	115.865
6.03.03	Aquisição de Ações em Tesouraria	0	-173.262
6.03.04	IRRF sobre Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-10.020	-6.900
6.03.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-759.660	-947.020
6.03.06	Pagamento de Principal de Empréstimos	-4.846.219	-138.063
6.03.07	Venda de Ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações	7.191	1.132
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.668.748	-103.163
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.758.037	257.145
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	89.289	153.982

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.000.000	-118.624	2.421.765	0	5.969	4.309.110
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.000.000	-118.624	2.421.765	0	5.969	4.309.110
5.04	Transações de Capital com os Sócios	500.000	18.721	-1.308.644	0	0	-789.923
5.04.01	Aumentos de Capital	500.000	0	-500.000	0	0	0
5.04.09	Opções de Ações Outorgadas	0	11.530	0	0	0	11.530
5.04.10	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Opção de Ações	0	7.191	0	0	0	7.191
5.04.11	Dividendos Pagos adicionais aos Mínimos Obrigatórios de 2014	0	0	-283.859	0	0	-283.859
5.04.12	Dividendos Mínimos Obrigatórios	0	0	-410.685	0	0	-410.685
5.04.13	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-114.100	0	0	-114.100
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.781.297	0	-2.253	1.779.044
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.781.297	0	0	1.781.297
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.253	-2.253
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	139.994	139.994
5.05.02.07	Resultado com Instrumentos de "Hedge" de Investimentos no Exterior, Líquidos dos Efeitos Tributários	0	0	0	0	-142.247	-142.247
5.07	Saldos Finais	2.500.000	-99.903	2.894.418	0	3.716	5.298.231

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.000.000	62.582	2.251.795	0	5.448	3.319.825
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	62.582	2.251.795	0	5.448	3.319.825
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000.000	-161.634	-2.270.177	0	0	-1.431.811
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000.000	0	-1.000.000	0	0	0
5.04.08	Aquisições de Ações em Tesouraria	0	-173.262	0	0	0	-173.262
5.04.09	Resultado na Opção de Ações Outorgadas	0	10.496	0	0	0	10.496
5.04.10	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Opção de Ações	0	1.132	0	0	0	1.132
5.04.11	Dividendos Pagos adicionais aos Mínimos Obrigatórios de 2013	0	0	-500.410	0	0	-500.410
5.04.12	Dividendos Mínimos Obrigatórios	0	0	-702.967	0	0	-702.967
5.04.13	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-66.800	0	0	-66.800
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.599.468	0	78	1.599.546
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.599.468	0	0	1.599.468
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	78	78
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	-43.381	-43.381
5.05.02.07	Resultado com Instrumentos de "Hedge" de Investimentos no Exterior, Líquidos dos Efeitos Tributários	0	0	0	0	43.459	43.459
5.07	Saldos Finais	2.000.000	-99.052	1.581.086	0	5.526	3.487.560

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	3.719.604	3.343.722
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.802.578	3.401.098
7.01.02	Outras Receitas	-82.974	-57.376
7.01.02.01	Perda com Créditos Incobráveis e "Chargebacks"	-82.974	-57.376
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.068.381	-957.641
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-751.500	-675.042
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-290.872	-260.807
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-18.867	-567
7.02.04	Outros	-7.142	-21.225
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.651.223	2.386.081
7.04	Retenções	-199.007	-165.323
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-199.007	-165.323
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.452.216	2.220.758
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.161.879	695.238
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	147.164	8.570
7.06.02	Receitas Financeiras	1.014.715	686.668
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.614.095	2.915.996
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.614.095	2.915.996
7.08.01	Pessoal	178.501	145.027
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.182.872	1.129.616
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	471.425	41.885
7.08.03.03	Outras	471.425	41.885
7.08.03.03.01	Despesas de juros e alugueis incorridos	471.425	41.885
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.781.297	1.599.468
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.781.297	1.599.468

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	28.004.623	18.679.674
1.01	Ativo Circulante	11.092.204	13.681.733
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.208.278	3.998.721
1.01.03	Contas a Receber	9.883.926	9.683.012
1.01.03.01	Clientes	9.834.116	9.641.389
1.01.03.01.01	Contas a Receber Operacionais	9.834.116	9.641.389
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	49.810	41.623
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Controladas e Controladas em Conjunto	76	384
1.01.03.02.02	Impostos Antecipados a Recuperar	1.246	1.514
1.01.03.02.03	Outros Valores a Receber	34.013	29.513
1.01.03.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	14.475	10.212
1.02	Ativo Não Circulante	16.912.419	4.997.941
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.030.716	1.885.401
1.02.01.03	Contas a Receber	24.974	20.192
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	24.974	20.192
1.02.01.06	Tributos Diferidos	801.037	756.734
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	801.037	756.734
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.204.705	1.108.475
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.204.705	1.108.475
1.02.02	Investimentos	84.483	58.867
1.02.03	Imobilizado	807.506	723.915
1.02.04	Intangível	13.989.714	2.329.758

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	28.004.623	18.679.674
2.01	Passivo Circulante	7.489.508	10.267.544
2.01.02	Fornecedores	4.337.792	4.280.530
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.337.792	4.280.530
2.01.02.01.01	Contas a Pagar a Estabelecimentos	1.446.976	1.330.176
2.01.02.01.02	Antecipação de Recebíveis com Emissores	2.240.680	2.250.035
2.01.02.01.03	Fornecedores	650.136	700.319
2.01.03	Obrigações Fiscais	227.120	442.548
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.043.750	4.833.602
2.01.05	Outras Obrigações	880.846	710.864
2.01.05.02	Outros	880.846	710.864
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	524.785	475.801
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	356.061	235.063
2.02	Passivo Não Circulante	11.558.481	4.087.730
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	9.967.976	2.506.140
2.02.02	Outras Obrigações	11.105	13.292
2.02.03	Tributos Diferidos	263.726	344.665
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	263.726	344.665
2.02.04	Provisões	1.315.674	1.223.633
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.315.674	1.223.633
2.02.04.01.05	Provisões para Riscos	1.315.674	1.223.633
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	8.956.634	4.324.400
2.03.01	Capital Social Realizado	2.500.000	2.000.000
2.03.02	Reservas de Capital	-99.903	-118.624
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-173.142	-194.478
2.03.02.07	Reserva de Capital	73.239	75.854
2.03.04	Reservas de Lucros	2.894.418	2.421.765
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	3.716	5.969
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.658.403	15.290

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.795.781	5.147.545	1.840.727	3.658.416
3.01.01	Receita Operacional	3.078.642	5.665.173	2.021.125	4.016.463
3.01.02	Impostos sobre Serviços	-282.861	-517.628	-180.398	-358.047
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.302.763	-2.296.133	-703.776	-1.363.508
3.03	Resultado Bruto	1.493.018	2.851.412	1.136.951	2.294.908
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-363.217	-691.488	-285.217	-544.439
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-363.217	-691.488	-285.217	-544.439
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-121.320	-236.184	-91.161	-164.177
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-115.563	-222.052	-87.646	-171.326
3.04.02.04	Vendas e Marketing	-70.346	-125.387	-58.094	-125.478
3.04.02.05	Outras Despesas Operacionais, Líquidas	-59.630	-115.218	-51.093	-88.984
3.04.02.06	Equivalência Patrimonial	3.642	7.353	2.777	5.526
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.129.801	2.159.924	851.734	1.750.469
3.06	Resultado Financeiro	217.354	547.349	325.659	627.368
3.06.01	Receitas Financeiras	518.854	1.037.099	355.140	687.951
3.06.01.01	Receitas Financeiras	23.880	76.971	3.608	7.239
3.06.01.02	Resultado com Antecipação de Recebíveis	493.620	956.534	351.616	680.808
3.06.01.04	Variação Cambial, Líquida	1.354	3.594	-84	-96
3.06.02	Despesas Financeiras	-301.500	-489.750	-29.481	-60.583
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-301.500	-489.750	-29.481	-60.583
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.347.155	2.707.273	1.177.393	2.377.837
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-439.599	-873.551	-380.451	-775.017
3.08.01	Corrente	-453.759	-930.880	-450.430	-861.333
3.08.02	Diferido	14.160	57.329	69.979	86.316
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	907.556	1.833.722	796.942	1.602.820
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	907.556	1.833.722	796.942	1.602.820
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	869.448	1.781.297	796.790	1.599.468
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	38.108	52.425	152	3.352

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,46232	0,94708	0,42689	0,84963
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,46083	0,94403	0,42550	0,84689

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	907.556	1.833.722	796.942	1.602.820
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-4.168	-2.253	17	78
4.02.01	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-33.089	139.994	-18.750	-43.381
4.02.02	Resultado com Instrumentos de "Hedge" s/ Operações no Exterior, Líq dos Efeitos Tributários	28.921	-142.247	18.767	43.459
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	903.388	1.831.469	796.959	1.602.898
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	865.280	1.779.044	796.807	1.599.546
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	38.108	52.425	152	3.352

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.301.267	1.373.352
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.749.032	2.840.813
6.01.01.01	Lucro Antes do IR e da CS	2.707.273	2.377.837
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	382.412	206.467
6.01.01.03	Constituição de Provisão para Perda c/ Imob. Intang. Líq	11.128	568
6.01.01.04	Custo Resid. Imob. Intang Baixa/ Alienado	8.824	19.191
6.01.01.05	Opções de Ações Outorgadas	11.530	10.496
6.01.01.09	Perda com Créditos Incobráveis e "Chargebacks"	91.059	57.376
6.01.01.10	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	97.298	94.000
6.01.01.11	Ajuste a Valor Presente do Contas a Receber	44.391	29.795
6.01.01.12	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	344.264	47.634
6.01.01.13	Equivalência Patrimonial	-7.353	-5.526
6.01.01.15	Variação Cambial sobre Juros de Empréstimos e Financiamentos captados no Exterior	5.781	-377
6.01.01.17	Participação de Outros Acionistas que não da Cielo S.A.	52.425	3.352
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-314.863	-366.932
6.01.02.01	Contas a Receber Operacionais	-237.117	-118.124
6.01.02.02	Contas a Receber de Controladas e Controladas em Conjunto	308	175
6.01.02.03	Impostos Antecipados e a Recuperar	268	15
6.01.02.04	Outros Valores a Receber (Circulante/ Não Circulante)	-11.435	-15.644
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-96.230	-92.802
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-4.263	8.711
6.01.02.07	Contas a Pagar a Estabelecimentos	16.386	-151.639
6.01.02.08	Fornecedores	-50.183	64.372
6.01.02.09	Impostos e Contribuições a Recolher	6.663	-21.471
6.01.02.11	Outras Obrigações (Circulante/ Não Circulante)	65.997	-34.721
6.01.02.13	Pagamento de Processos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-5.257	-5.804
6.01.03	Outros	-1.132.902	-1.100.529
6.01.03.02	Juros Pagos	-61.270	-46.238
6.01.03.03	IR e CS pagos	-1.071.632	-1.054.291
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.347.337	-210.178
6.02.01	Aumento de Capital em Controladas, "Joint Ventures" e Coligada	-18.263	-1.000
6.02.03	Ágio em investimento de controladas e coligada	-14.467	0
6.02.06	Adições ao Imobilizado e Intangível, Líquido da Provisão para Perdas	-8.314.607	-209.178
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.230.714	-1.148.248
6.03.01	Captação de Empréstimos	8.839.422	115.865
6.03.03	Aquisição de Ações em Tesouraria	0	-173.262
6.03.04	IRRF sobre Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-10.020	-6.900
6.03.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-759.660	-947.020
6.03.06	Pagamento de Principal de Empréstimos	-4.846.219	-138.063
6.03.07	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Opção de Ações	7.191	1.132
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	24.913	-6.549
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.790.443	8.377

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.998.721	423.062
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.208.278	431.439

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.000.000	-118.624	2.421.765	0	5.969	4.309.110	15.290	4.324.400
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.000.000	-118.624	2.421.765	0	5.969	4.309.110	15.290	4.324.400
5.04	Transações de Capital com os Sócios	500.000	18.721	-1.308.644	0	0	-789.923	3.590.688	2.800.765
5.04.01	Aumentos de Capital	500.000	0	-500.000	0	0	0	0	0
5.04.09	Opções de Ações Outorgadas	0	11.530	0	0	0	11.530	0	11.530
5.04.10	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Opção de Ações	0	7.191	0	0	0	7.191	0	7.191
5.04.11	Dividendos Pagos Adicionais aos Mínimos Obrigatórios de 2014	0	0	-283.859	0	0	-283.859	0	-283.859
5.04.12	Dividendos Mínimos Obrigatórios	0	0	-410.685	0	0	-410.685	0	-410.685
5.04.13	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-114.100	0	0	-114.100	0	-114.100
5.04.15	Efeito dos Outros Acionistas que não da Cielo S.A. sobre Entidades Consolidadas	0	0	0	0	0	0	3.590.688	3.590.688
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.781.297	0	-2.253	1.779.044	52.425	1.831.469
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.781.297	0	0	1.781.297	52.425	1.833.722
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.253	-2.253	0	-2.253
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	139.994	139.994	0	139.994
5.05.02.07	Resultado com Instrumentos de "Hedge" de Investimentos no Exterior, Líquidos dos Efeitos Tributários	0	0	0	0	-142.247	-142.247	0	-142.247
5.07	Saldos Finais	2.500.000	-99.903	2.894.418	0	3.716	5.298.231	3.658.403	8.956.634

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.000.000	62.582	2.251.795	0	5.448	3.319.825	12.054	3.331.879
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	62.582	2.251.795	0	5.448	3.319.825	12.054	3.331.879
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000.000	-161.634	-2.270.177	0	0	-1.431.811	-5.851	-1.437.662
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000.000	0	-1.000.000	0	0	0	0	0
5.04.08	Aquisições de Ações em Tesouraria	0	-173.262	0	0	0	-173.262	0	-173.262
5.04.09	Resultado na Opção de Ações Outorgadas	0	10.496	0	0	0	10.496	0	10.496
5.04.10	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Opção de Ações	0	1.132	0	0	0	1.132	0	1.132
5.04.11	Dividendos Pagos Adicionais aos Mínimos Obrigatórios de 2013	0	0	-500.410	0	0	-500.410	0	-500.410
5.04.12	Dividendos Mínimos Obrigatórios	0	0	-702.967	0	0	-702.967	0	-702.967
5.04.13	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-66.800	0	0	-66.800	0	-66.800
5.04.15	Efeito dos Outros Acionistas que não da Cielo S.A. sobre Entidades Consolidadas	0	0	0	0	0	0	-5.851	-5.851
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.599.468	0	78	1.599.546	3.352	1.602.898
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.599.468	0	0	1.599.468	3.352	1.602.820
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	78	78	0	78
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	-43.381	-43.381	0	-43.381
5.05.02.07	Resultado com Instrumentos de "Hedge" de Investimentos no Exterior, Líquidos dos Efeitos Tributários	0	0	0	0	43.459	43.459	0	43.459
5.07	Saldos Finais	2.000.000	-99.052	1.581.086	0	5.526	3.487.560	9.555	3.497.115

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	5.574.114	3.959.087
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.665.173	4.016.463
7.01.02	Outras Receitas	-91.059	-57.376
7.01.02.01	Perda com Créditos Incobráveis e "Chargebacks"	-91.059	-57.376
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.183.077	-1.396.788
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.903.276	-1.136.763
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-252.592	-219.697
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-18.966	-5.049
7.02.04	Outros	-8.243	-35.279
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.391.037	2.562.299
7.04	Retenções	-382.412	-206.467
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-382.412	-206.467
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.008.625	2.355.832
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	992.027	690.125
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.353	5.526
7.06.02	Receitas Financeiras	1.037.099	687.951
7.06.03	Outros	-52.425	-3.352
7.06.03.01	Participação dos Acionistas que não da Cielo S.A.	-52.425	-3.352
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.000.652	3.045.957
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.000.652	3.045.957
7.08.01	Pessoal	290.597	219.050
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.430.548	1.161.432
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	498.210	66.007
7.08.03.03	Outras	498.210	66.007
7.08.03.03.01	Despesas de juros e alugueis incorridos	498.210	66.007
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.781.297	1.599.468
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.781.297	1.599.468

Comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS:

Apresentamos o Comentário de Desempenho e as Informações Contábeis Intermediárias da Cielo S.A. ("Cielo"), de suas controladas e coligada, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, acompanhados do relatório de revisão de informações trimestrais dos nossos Auditores Independentes.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações contábeis consolidadas contemplam os saldos das contas da Cielo (controladora), das controladas diretas Multidisplay, Servinet, Braspag, Cielo USA, Cateno (anteriormente denominada Token) e Aliança, bem como das controladas indiretas Me-S e M4Produtos. Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício são incluídos nas informações contábeis do resultado a partir da data da efetiva aquisição. Quando necessário essas informações contábeis são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas informações contábeis consolidadas.

Em 16 de abril de 2014, a Cielo informou ao mercado a celebração de memorando de entendimentos com a Cia Brasileira de Soluções e Serviços ("CBSS"), companhia controlada pelo Banco Bradesco S.A. e pelo Banco do Brasil S.A., para participação no capital social da Stelo S.A. ("Stelo"), subsidiária integral da CBSS.

Para a participação no capital social da Stelo, em junho de 2015, a Cielo aportou na Aliança, o montante de R$32,7 milhões, enquanto a Servinet aportou R$0,03 milhões na operação. No mesmo período, a Aliança, cujo objeto social principal é a participação em outras sociedades como sócia ou acionista, adquiriu 30% do capital social da Stelo, no montante total de R$32,7 milhões. Não houve qualquer endividamento adicional com a finalidade específica de financiar a participação da Cielo na Stelo, por meio de sua subsidiária Aliança. Assim, em 30 de junho de 2015, a Stelo tem o seu capital social detido na proporção de 30% pela Aliança e de 70% pela CBSS.

DESTAQUES DO 2° TRIMESTRE DE 2015

- Volume financeiro de transações totalizou R$129,7 bilhões, aumento de 3,5% em relação ao 2T14, ou R$4,4 bilhões, e aumento de 2,5% em relação ao 1T15, ou R$3,2 bilhões; excluindo o produto Agro, o crescimento teria sido de 6,1% em relação ao 2T14 e de 1,7% em relação ao 1T15;

- Receita operacional líquida totalizou R$2.795,8 milhões, aumento de 51,9% em relação ao 2T14, ou R$955,1 milhões, e aumento de 18,9% em relação ao 1T15, ou R$444,0 milhões;

- Antecipação de Recebíveis atingiu 18,5% sobre o volume financeiro de crédito, aumento de 0,6 ponto percentual em relação ao 2T14, e redução de 1,1 ponto percentual em relação ao 1T15;

- EBITDA de R$1.355,8 milhões, aumento de 41,9% em relação ao 2T14, ou R$400,3 milhões, e aumento de 14,3% em relação ao 1T15, ou R$169,2 milhões;

Comentário do Desempenho

- Margem EBITDA de 48,5%, redução de 3,4 pontos percentuais em comparação ao 2T14 e redução de 2,0 pontos percentuais em relação ao 1T15;

- Lucro líquido Cielo totalizou R$869,4 milhões, aumento de 9,1% em relação ao 2T14, ou R$72,6 milhões, e redução de 4,6% em relação ao 1T15, ou R$42,4 milhões.

DESEMPENHO OPERACIONAL 2T15

VOLUME FINANCEIRO DE TRANSAÇÕES

No 2T15, o volume financeiro de transações totalizou R$129,7 bilhões, representando um acréscimo de 3,5%, quando comparado aos R$125,3 bilhões no mesmo período em 2014, e aumento de 2,5% quando comparado aos R$126,5 bilhões do 1T15. Excluindo o produto Agro, o crescimento teria sido de 6,1% em relação ao 2T14 e de 1,7% em relação ao 1T15. A Cielo capturou 1,495 bilhão de transações, um crescimento de 10,0% em relação ao 2T14 e aumento de 4,9% sobre o 1T15.

Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro de transações processadas totalizou R$77,4 bilhões no 2T15, o que representou um crescimento de 1,9% em relação ao 2T14 e aumento de 2,6% em relação ao 1T15.

Com a modalidade cartões de débito, o volume financeiro de transações processadas totalizou R$52,3 bilhões no 2T15, um crescimento de 5,9% em relação ao 2T14 e aumento de 2,4% em relação ao 1T15.

DESEMPENHO FINANCEIRO 2T15

COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE MARÇO DE 2015

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da Cielo e de suas controladas, proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, da gestão de contas de pagamento relacionado ao Arranjo Ourocard, do aluguel de POS, e de outras receitas, aumentou R$444,0 milhões, ou 18,9%, para R$2.795,8 milhões no 2T15, comparada com R$2.351,8 milhões no 1T15. O acréscimo está substancialmente relacionado à consolidação de um trimestre completo da controlada Cateno, uma vez que no 1T15 a consolidação ocorreu a partir de 27 de fevereiro, ao aumento nas receitas das controladas decorrente da contínua expansão dos negócios, bem como, do efeito da apreciação do dólar na receita gerada nos EUA.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O custo dos serviços prestados aumentou R$309,4 milhões, ou 31,1%, para R$1.302,8 milhões no 2T15, quando comparado aos R$993,4 milhões no 1T15. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência dos seguintes fatores:

Comentário do Desempenho

(i) Acréscimo de R$248,1 milhões nos custos vinculados a gestão de contas de pagamento do Arranjo Ourocard, como fee das bandeiras, centrais de atendimento, suprimentos e gestão de cartões, em função do início das atividades operacionais da Cateno ter impactado o 1T15 a partir do dia 27 de fevereiro;

(ii) Acréscimo de R$56,8 milhões nos custos das controladas Merchant e-Solutions, resultado da apreciação do dólar médio do período e da contínua expansão dos negócios; e da M4U, em decorrência do aumento nas vendas de crédito de celular;

(iii) Aumento líquido de R$4,5 milhões nos custos das atividades de adquirência, basicamente representados por:

a. Aumento de R$16,9 milhões nos custos vinculados aos equipamentos, incluindo depreciação, suprimentos, instalação, manutenção e ativação de terminais POS, decorrente substancialmente do incremento na demanda dos estabelecimentos comerciais no 2T15, frente a data comemorativa do Dia das Mães;

b. Redução de R$12,4 milhões nos custos relacionados à transação, como captura e processamento, centrais de atendimento, fee das bandeiras e de telecomunicações, dado substancialmente a ações de racionalização e renegociações de custos.

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais aumentaram R$34,9 milhões, ou 10,6%, para R$363,2 milhões no 2T15, comparadas com R$328,3 milhões no 1T15. As principais variações são como seguem:

Despesas de pessoal - As despesas de pessoal aumentaram R$9,1 milhões ou 8,5%, para R$115,6 milhões no 2T15, comparados com os R$106,5 milhões no 1T15. Esse aumento decorre, basicamente, da consolidação dos gastos com funcionários relacionados aos serviços de gestão de contas de pagamento da Cateno, bem como, ao efeito positivo da reversão de parte da provisão de PLR de 2014 apurado quando do pagamento no 1T15.

Despesas gerais e administrativas - As despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação, aumentaram R$5,8 milhões ou 5,7%, para R$107,2 milhões no 2T15, comparadas com os R$101,4 milhões no 1T15. Esse aumento está substancialmente relacionado aos maiores gastos incorridos com parceiros comerciais ("*partnership fees*") na controlada Me-S, em decorrência da contínua expansão dos negócios, bem como pela apreciação do dólar no período.

Despesas de vendas e marketing - As despesas de vendas e marketing aumentaram R$15,3 milhões ou 27,8%, para R$70,3 milhões no 2T15, comparadas com os R$55,0 milhões no 1T15. Esse aumento é decorrente do maior volume de gastos com compra de mídia para novas ações de marketing no 2T15.

Equivalência patrimonial – O resultado de equivalência patrimonial reduziu R$0,1 milhão ou 1,9%, para R$3,6 milhões de receita no 2T15, comparadas com R$3,7 milhões no 1T15. A redução está relacionada à contração do resultado líquido das controladas em conjunto Orizon e Paggo, quando comparado ao 1T15.

Outras despesas operacionais líquidas - As outras despesas operacionais líquidas aumentaram R$4,0 milhões ou 7,3%, para R$59,6 milhões no 2T15, comparadas com os R$55,6 milhões no 1T15. Esse aumento está substancialmente relacionado ao incremento nas provisões com créditos

Comentário do Desempenho

incobráveis e *chargeback*, incluindo o início da consolidação da Cateno, bem como, ao aumento nas provisões para perdas com equipamentos de captura de transações.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro totalizou R$217,4 milhões no 2T15, uma redução de 34,1% ou R$112,6 milhões em relação ao 1T15, que obteve um resultado de R$330,0 milhões. As principais variações são como seguem:

Receitas financeiras - As receitas financeiras reduziram R$29,2 milhões ou 55,0%, para R$23,9 milhões no 2T15, comparadas com os R$53,1 milhões no 1T15. Essa variação decorre substancialmente da redução do saldo médio das aplicações financeiras após conclusão da associação com o Banco do Brasil para a formação da Cateno em 27 de fevereiro, bem como, pelo uso das disponibilidades para fomento das operações de antecipação de recebíveis.

Despesas financeiras - As despesas financeiras aumentaram R$113,3 milhões ou 60,2%, para R$301,5 milhões no 2T15, comparadas com os R$188,2 milhões no 1T15. A variação decorre do aumento do endividamento médio com terceiros no trimestre, substancialmente representado pela emissão de Debêntures em consonância com a associação com o Banco do Brasil para a criação da Cateno.

Resultado com Antecipação de recebíveis – A receita com antecipação de recebíveis líquida do ajuste a valor presente e do custo de captação com terceiros aumentou R$30,7 milhões ou 6,6%, para R$493,6 milhões no 2T15, comparado com os R$462,9 milhões no 1T15. Embora tenhamos um volume antecipado no 2T15 menor que o trimestre anterior, o acréscimo na receita líquida de antecipação de recebíveis é resultado de maiores taxas praticadas, frente à mudança no mix da carteira de clientes, com aumento nas antecipações do Varejo em relação a Grandes Contas.

COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 30 DE JUNHO DE 2014

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da Cielo e de suas controladas, proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, da gestão de contas de pagamento relacionado ao Arranjo Ourocard, do aluguel de POS, e de outras receitas aumentou 51,9% ou R$955,1 milhões, para R$2.795,8 milhões no 2T15, comparada com R$1.840,7 milhões no 2T14. O acréscimo na receita líquida está substancialmente relacionado ao início das atividades operacionais da Cateno, consolidada a partir de 27 de fevereiro de 2015, à contínua expansão dos negócios da Cielo e de suas controladas, bem como, ao efeito da apreciação do dólar na receita gerada nos EUA, da controlada Me-S.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O custo dos serviços prestados aumentou R$599,0 milhões, ou 85,1%, para R$1.302,8 milhões no 2T15, quando comparado aos R$703,8 milhões no 2T14. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência dos seguintes fatores:

Comentário do Desempenho

(i) Acréscimo de R$387,8 milhões nos custos vinculados à gestão de contas de pagamento do Arranjo Ourocard, como fee das bandeiras, centrais de atendimento, suprimentos e gestão de cartões, dado o início das atividades operacionais da Cateno, no 1T15;

(ii) Acréscimo de R$157,9 milhões nos custos das controladas Merchant e-Solutions, resultado da apreciação do dólar médio do período e da contínua expansão dos negócios; e da M4U, decorrente do aumento nas vendas de crédito de celular;

(iii) Aumento líquido de R$42,7 milhões nos custos das atividades de adquirência, basicamente representados por:

a. Aumento de R$29,0 milhões nos custos vinculados aos equipamentos, como suprimentos, instalação, manutenção e ativação de terminais POS, decorrente substancialmente do acréscimo de equipamentos POS, especialmente com tecnologia "wireless", aquisição de insumos de terminais e do aumento da quantidade de transações capturadas, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior;

b. Aumento de R$13,7 milhões nos custos relacionados à transação, como captura e processamento, centrais de atendimento, fee das bandeiras e de telecomunicações, dado substancialmente ao aumento no volume de transações e ao crescimento da base de terminais ativos.

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais aumentaram R$78,0 milhões, ou 27,3%, para R$363,2 milhões no 2T15, comparadas com R$285,2 milhões no 2T14. As principais variações são como seguem:

Despesas de pessoal - As despesas de pessoal aumentaram R$28,0 milhões ou 31,9%, para R$115,6 milhões no 2T15, comparados com os R$87,6 milhões no 2T14. Esse aumento decorre do aumento no quadro de profissionais principalmente em função do BoB, projetos estruturantes e aumento da força comercial, incluindo os impactos em salários, provisões para participação nos lucros, 13º salário e respectivos encargos; ao reajuste definido em Convenção Coletiva de 6,5% sobre salários e reflexos na provisão de 13°, PLR e encargos ocorrido no 3T14; bem como o início da consolidação dos gastos com funcionários relacionados aos serviços de gestão de contas de pagamento na Cateno.

Despesas gerais e administrativas - As despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação, aumentaram R$24,4 milhões ou 29,5%, para R$107,2 milhões no 2T15, comparadas com os R$82,8 milhões no 2T14. Esse aumento está substancialmente relacionado aos maiores gastos incorridos com parceiros comerciais ("*partnership fees*") na controlada Me-S, em decorrência da contínua expansão dos negócios, bem como pela apreciação do dólar no período.

Despesas de vendas e marketing - As despesas de vendas e marketing aumentaram R$12,2 milhões ou 21,1%, para R$70,3 milhões no 2T15, comparadas com os R$58,1 milhões no 2T14. Esse aumento decorre do maior volume de gastos com compra de mídia em 2015, bem como, do aumento da realização de campanhas de vendas com parceiros no 2T15, quando comparado ao 2T14.

Equivalência patrimonial – O resultado de equivalência patrimonial aumentou R$0,8 milhão ou 31,2%, para R$3,6 milhões de receita no 2T15, comparadas com R$2,8 milhões no 2T14. O aumento está relacionado ao melhor resultado líquido das controladas em conjunto Orizon e Paggo, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Comentário do Desempenho

Outras despesas operacionais líquidas - As outras despesas operacionais líquidas aumentaram R$8,5 milhões ou 16,7%, para R$59,6 milhões no 2T15, comparadas com os R$51,1 milhões no 2T14. Esse aumento está substancialmente relacionado ao incremento nas provisões com créditos incobráveis e *chargeback*, incluindo o início da consolidação da Cateno, parcialmente compensado pelo menor volume de provisões para contingências reconhecidos no 2T15, quando comparado com o 2T14.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro totalizou R$217,4 milhões no 2T15, uma redução de 33,3% ou R$108,3 milhões em relação ao 2T14, que obteve um resultado de R$325,7 milhões. As principais variações são como seguem:

Receitas financeiras - As receitas financeiras aumentaram R$20,3 milhões, para R$23,9 milhões no 2T15, comparadas com os R$3,6 milhões no 2T14. Esse aumento decorre substancialmente das aplicações financeiras mantidas pela controlada Cateno, atendendo ao capital prudencial requerido para as atividades de gestão de contas de pagamento.

Despesas financeiras. As despesas financeiras aumentaram R$272,0 milhões, para R$301,5 milhões no 2T15, comparadas com os R$29,5 milhões no 2T14. A variação decorre do aumento do endividamento médio com terceiros no trimestre, substancialmente representado pela emissão de Debêntures em consonância com a associação com o Banco do Brasil para a criação da Cateno.

Resultado com antecipação de recebíveis - A receita com antecipação de recebíveis líquida do ajuste a valor presente e do custo de captação com terceiros aumentou R$142,0 milhões, para R$493,6 milhões no 2T15, comparado com os R$351,6 milhões no 2T14. O acréscimo está substancialmente representado pela contínua expansão do produto ARV (aumento no volume antecipado) e de maiores taxas praticadas, frente à mudança no mix da carteira de clientes, com aumento nas antecipações do Varejo em relação a Grandes Contas.

EBITDA

O EBITDA totalizou R$1.355,8 milhões no 2T15, aumento de 41,9% em relação ao 2T14 e aumento de 14,3% sobre o 1T15.

EBITDA (R$ milhões)	2T15	2T14	1T15
Lucro Líquido Cielo	869,4	796,8	911,8
Participação dos acionistas que não a Cielo S.A.	38,1	0,2	14,3
Resultado Financeiro	(217,4)	(325,7)	(330,0)
Imposto de Renda e Contribuição Social	439,6	380,5	434,0
Depreciação e Amortização	226,1	103,7	156,5
EBITDA	**1.355,8**	**955,5**	**1.186,6**
% Margem EBITDA	*48,5%*	*51,9%*	*50,5%*

O EBITDA corresponde ao lucro líquido, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro. Ressalta-se que, para o seu cálculo, ao lucro líquido da Controladora é acrescida a participação dos acionistas que não a Cielo

Comentário do Desempenho

S.A. O EBITDA apresenta limitação que prejudica a sua utilização como medida da lucratividade em razão de não considerarem determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, o lucro, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

O EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez.

Não obstante essas considerações, a Administração acredita que o EBITDA é um parâmetro importante para os investidores, pois fornece informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e a rentabilidade.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa é um valor para a Cielo que tem como uma de suas metas o seu aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo, voltado para a performance sustentável da Companhia. Para tanto, a Cielo adota, de forma voluntária, as melhores práticas de governança corporativa, além daquelas exigidas para empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa, evidenciando o comprometimento da Companhia e de seus administradores com o interesse de seus acionistas e investidores.

A maximização de sua eficiência e criação de valor de longo prazo traduz-se, por exemplo, através (a) da adoção pela Cielo de sistemas adequados de tomada de decisões e o seu monitoramento, (b) da criação de uma Secretaria de Governança Corporativa, a qual tem por objetivo auxiliar os órgãos de administração e comitês/fóruns de assessoramento da Companhia e suas controladas, bem como garantir a observância das melhores práticas de governança corporativa, (c) das prática de condutas éticas e sustentáveis, (d) da avaliação formal de desempenho do Conselho de Administração, de forma colegiada e individual, (e) da presença de pessoas distintas ocupando os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente, (f) da existência de calendário anual de pautas do Conselho de Administração, contendo todos os temas a serem abordados ao longo do ano nas reuniões; (g) da troca de informações por meio do Portal Eletrônico de Governança Corporativa, (h) da existência de Política de Transações com Partes Relacionadas e situações envolvendo Conflito de Interesses; (i) da existência do Código de Ética de adesão obrigatória por todos os colaboradores e administradores, que estabelece as normas de conduta no relacionamento com todas as partes interessadas.

O Conselho de Administração da Cielo, com atuação colegiada, é composto por 11 (onze) membros, os quais não exercem função executiva na Companhia, sendo 03 (três) deles membros independentes, cuja independência visa especialmente resguardar os interesses da Companhia e de seus acionistas minoritários. Ao Conselho de Administração compete, entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar sua gestão. A Diretoria Executiva da Cielo é composta por 07 (sete) membros e exerce a administração geral da Companhia, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. Também, demonstrando a aderência da Cielo às melhores práticas de Governança Corporativa, o Conselho de Administração possui 5 (cinco) comitês de assessoramento, quais

sejam: Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Governança Corporativa, Comitê de Pessoas e Comitê de Sustentabilidade; e a Diretoria Executiva possui 8 (oito) fóruns de assessoramento.

O Conselho Fiscal da Cielo, órgão independente da administração, está atualmente instalado para supervisionar as atividades da administração, composto por 05 (cinco) membros, sendo 02 (dois) membros independentes.

Quanto à sustentabilidade, a Companhia mantém práticas estruturadas, tais como, a publicação de um Relatório de Sustentabilidade auditado e orientado por padrões internacionais, a realização e divulgação de um Inventário de Emissões de Gases do Efeito Estufa e a implementação de diversas políticas que abordam questões importantes como meio ambiente, responsabilidade corporativa, dentre outras, contribuindo para um meio ambiente saudável e o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Desde 2011, a Cielo possui American Depositary Receipts (ADRs), nível I, listada no mercado de balcão OTCQX Internacional. A partir de 2014, a Cielo passou a integrar a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa e, desde 2015, integra o índice de Sustentabilidade Euronext-Vigeo EM70.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que durante o 2T15 a Sociedade contratou os serviços de auditoria independente da KPMG.

A Política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para tanto, a Cielo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Confirmamos que não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa no 2° trimestre de 2015.

As informações no relatório de desempenho sobre EBITDA, volume financeiro e quantidade de transações, taxas de desconto, informações da indústria e setoriais, contribuições na receita líquida, quantidade de funcionários, investimentos totais e faturamento gerencial não foram objeto de Revisão das Informações Trimestrais-ITR realizada pelos auditores independentes em 29 de julho de 2015.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Cielo S.A. ("Sociedade" ou "Cielo") foi constituída em 23 de novembro de 1995 no Brasil e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados a cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; a coleta de dados, e o processamento de transações eletrônicas e manuais.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede em Barueri, SP, cujas ações foram admitidas à negociação na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob a sigla "CIEL3", e suas controladoras integram os conglomerados Banco do Brasil e Bradesco.

O contexto operacional das controladas diretas e indiretas, controladas em conjunto ("joint ventures") e coligada, também designadas como "Grupo" ao longo deste relatório, é como segue:

Controladas diretas

- **Servinet Serviços Ltda. ("Servinet")** - Tem como objeto social a prestação de serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais e estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento.

- **Cielo USA, Inc. ("Cielo USA")** - Tem como principal atividade a participação em outras sociedades como cotista ou acionista.

- **Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. ("Multidisplay")** - Tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular; no comércio varejista e atacadista de cartões e recargas para telefones e dispositivos móveis, pré-pagos e afins.

- **Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. ("Braspag")** - Tem como objeto social o desenvolvimento de programas de computador; o processamento de transações eletrônicas; e os serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet.

- **Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ("Cateno"),** ***anteriormente denominada Token Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ("Token")*** - Tem como objeto social principal a prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões de crédito, débito, múltiplos, o desenvolvimento de outras atividades correlatas de interesse da Companhia e detenção de participações societárias em outras sociedades.

- **Aliança Pagamentos e Participações Ltda. ("Aliança")** - Tem como objeto social principal a participação em outras sociedades como sócia ou acionista.

Notas Explicativas

- **Cielo Cayman Island ("Cielo Cayman")** - Empresa sediada nas Ilhas Cayman cujo objeto social consiste, primordialmente, na participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista. A Cielo Cayman não realizou qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira até o semestre findo em 30 de junho de 2015.

Controladas indiretas

- **M4Produtos e Serviços S.A. ("M4Produtos")** - Controlada da Multidisplay, tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, transporte pré-pago e similares; a prestação de serviços de pagamento móvel e de serviços de consultoria em tecnologia; e o desenvolvimento e licenciamento de softwares.

- **Merchant e-Solutions, Inc. ("Me-S")** - Controlada da Cielo USA, tem como objeto social a prestação de serviços relacionados à viabilização de pagamentos eletrônicos com cartões de crédito e débito, compreendendo a autorização de transações, as liquidações financeiras e a notificação de transações aos estabelecimentos comerciais.

Controladas em conjunto ("Joint ventures")

- **Companhia Brasileira de Gestão de Serviços. ("Orizon")** - Seu objeto social consiste no processamento de informações para as empresas da área médica em geral; na gestão de serviços de suporte ("back office") para empresas operadoras de saúde em geral; na prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares (como hospitais, clínicas médicas e laboratórios) e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.

- **Prevsaúde Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. ("Prevsaúde")** - Controlada da Orizon, tem como objeto social a prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios.

- **Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. ("Precisa")** - Controlada da Orizon até março de 2014, tinha como objeto social a comercialização de medicamentos em geral, com foco na prevenção e manutenção do estado de saúde, com sistema de entrega programada. Em 20 de março de 2014, a controlada Precisa foi alienada para outro grupo econômico pelo montante de R$ 1.500.

- **Guilher Comércio, Importação, Exportação e Distribuição de Medicamentos e Tecnologia para Saúde Ltda. ("Guilher")** - Controlada da Orizon, tem como objeto social a importação, exportação, distribuição, e comercialização de medicamentos e insumos farmacêuticos, produtos e equipamentos de tecnologia para saúde.

- **Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo")** - Tem como objeto social a prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas com cartões de crédito e de débito na modalidade de pagamentos móveis.

Notas Explicativas

Coligada Indireta

- **Stelo S.A. ("Stelo") -** Seu objeto social principal consiste em atuar como facilitadora para pagamentos online e carteira digital, tanto para o mundo físico quanto para o comércio eletrônico.

Novos negócios societários

- Participação no capital social da Stelo, por meio da controlada Aliança Pagamentos e Participações Ltda.:

  Em 16 de abril de 2014, a Cielo informou ao mercado a celebração de memorando de entendimentos com a Cia Brasileira de Soluções e Serviços ("CBSS"), companhia controlada pelo Banco Bradesco S.A. e pelo Banco do Brasil S.A., para participação no capital social da Stelo, subsidiária integral da CBSS.
  Para a participação no capital social da Stelo, em junho de 2015, a Cielo aportou na Aliança, o montante de R$32,7 milhões, enquanto a Servinet aportou R$ 300 mil na operação. No mesmo período a Aliança, adquiriu 30% do capital social da Stelo, no montante total de R$32,7 milhões. Não houve qualquer endividamento adicional com a finalidade específica de financiar a participação da Cielo, por meio de sua subsidiária Aliança, no capital social da Stelo.

  Assim, em 30 de junho de 2015, a Stelo tem o seu capital social detido na proporção de 30% pela Aliança e de 70% pela CBSS.
- Criação da empresa Cateno - Gestão de Contas de Pagamento S.A. em associação com a subsidiária do Banco do Brasil S.A:

  Em 27 de fevereiro de 2015, foram firmados os documentos que concluíram a formação da associação entre Cielo e a BB Elo Cartões Participações S.A. ("BB Elo Cartões"), subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., para a criação da Cateno - Gestão de Contas de Pagamento S.A ("Cateno"), cujo objetivo é o de gerir as transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito, gestão de contas de pagamento, apoio ao gerenciamento e controle da segurança das transações, o pagamento de tarifas às bandeiras e arranjos de pagamentos, e outros serviços correlatos, conforme autorização prévia concedida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e Banco Central do Brasil nos termos da Resolução n° 4.062/12 e da Lei n° 12.865/13.
  A Cateno tem o seu capital social detido na proporção de 70% pela Sociedade e de 30% pela BB Elo Cartões, sendo que, para a formação da associação, a BB Elo Cartões aportou ativos intangíveis relacionados ao Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto a Sociedade aportou R$8,1 bilhões na operação. O montante aportado pela Sociedade é composto por: (i) R$ 3,5 bilhões oriundos das primeira, segunda e terceira emissões de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, de distribuição privada, e (ii) R$4,6 bilhões referentes ao pagamento, por conta da BB Elo Cartões, dos tributos incidentes sobre a operação.
  O Arranjo de Pagamento Ourocard consiste no conjunto de regras e procedimentos que disciplina a prestação de serviços de pagamento ao público relacionado às transações de compras dos cartões de crédito e débito emitidos pelo Banco do Brasil nas bandeiras Visa, Mastercard, American Express e Elo, excluindo cartões relacionados aos negócios pré-pagos, soluções de meios de pagamento fornecidas a entes governamentais e cartões private label emitidos no âmbito de parcerias atuais firmadas com varejistas.

Notas Explicativas

Por meio de Laudo de Avaliação Econômico-Financeira, realizado por empresa de auditoria independente, o ativo intangível relacionado ao Arranjo Ourocard aportado pela BB Elo Cartões foi avaliado em R$ 11,6 bilhões, com vida útil estimada em 30 anos, a ser amortizado linearmente.

2 Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais (controladora) e consolidadas da Sociedade foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Em 23 de dezembro de 2014, foram emitidas alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 35 - Demonstrações Separadas em função de alterações feitas na IAS 27 - Separate Financial Statements pelo IASB, com a inclusão da possibilidade da adoção do método da equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas e consequentes alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais passaram a estar em conformidade com as IFRSs a partir de 31 de dezembro de 2014, em virtude de já adotar o método da equivalência patrimonial para valorização dos seus investimentos em controladas, em coligada e em empreendimentos controlados em conjunto.

2.2 Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Sociedade e de apresentação.

A Administração determinou que a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano. Na Cielo USA, o fator preponderante para determinação da moeda funcional foi a captação de empréstimos denominados em dólares norte-americanos para aquisição do controle da Me-S. Esses empréstimos serão liquidados com o caixa gerado nas operações do exterior. Adicionalmente, com relação à Me-S, os fluxos de caixa e os serviços prestados são integralmente em dólares norte-americanos.

Para fins de apresentação das informações contábeis intermediárias consolidadas, os ativos e passivos das controladas Cielo USA e Me-S (localizadas nos Estados Unidos da América), originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim do período. Os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

O ágio e os ajustes ao valor justo sobre os ativos e passivos identificáveis adquiridos resultantes da aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos dessa operação e convertidos pela taxa de câmbio de fechamento no fim de cada período. As diferenças cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita com antecipação de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida "*pro rata temporis*", considerando os seus prazos de vencimento.

No caso da Me-S, no âmbito dos seus acordos com os bancos, esta assume responsabilidades do banco adquirente e é, portanto, responsável pelas taxas de intercâmbio. Além disso, o banco recebe taxas de mercado por seus serviços e, dessa forma, não está exposto aos riscos e benefícios do acordo. Adicionalmente, existem fatores como a portabilidade de contratos com estabelecimentos comerciais e o fato de a Me-S manter, no dia a dia, a interação direta com os seus clientes e de deter o risco de crédito da operação. Dessa forma, a Me-S é o devedor principal e reconhece a receita com base no valor bruto e o intercâmbio é reconhecido como custo dos serviços prestados.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo custo, acrescido dos juros auferidos. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como instrumentos financeiros, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

2.6 Contas a receber operacionais e contas a pagar a estabelecimentos comercias

a. Antecipação de recebíveis - Contas a receber dos bancos emissores relacionado às operações de antecipações de recebíveis, registrado pelo valor antecipado, calculado individualmente, descontando-se os fluxos de caixa de cada um dos recebíveis registrados e utilizando-se as taxas de juros contratadas nessas operações.

Notas Explicativas

b. Valores a receber de transações financeiras processadas - representam principalmente os valores a receber devidos por membros das associações de cartões para transações financeiras processadas pela Me-S que foram autorizadas, mas que ainda não foram recebidas. Tais recebíveis geralmente são liquidados no dia útil seguinte.

c. Valores a receber de estabelecimentos comerciais - representam as taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela Me-S de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.

d. Transações pendentes de repasse - referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio e os saldos de contas a pagar a estabelecimentos comerciais deduzidos das taxas líquidas de administração (taxa de desconto); os prazos de recebimento dos emissores e de pagamento aos estabelecimentos são inferiores a um ano.

e. Valores a liquidar para os estabelecimentos comerciais referentes a transações processadas pela Me-S - são representados por saldos devidos a clientes de transações processadas que ainda não foram pagas. A Me-S paga os estabelecimentos comerciais por valores recebidos das associações de cartões no dia útil seguinte ao dia da captura da transação.

f. Cauções de clientes - a Me-S mantém fundos como um depósito de segurança para se proteger contra o risco de um cliente ir à falência e não ser capaz de pagar pelos serviços prestados. O montante retido de cada cliente é baseado nos fatores de risco associados a este, que incluem, entre outros, o tipo de negócio e o volume de transações realizadas.

2.7 Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.8 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Notas Explicativas

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios
Nas informações contábeis intermediárias consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Ativos intangíveis gerados internamente
Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio
Anualmente, e se houver evidência, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9 Combinação de negócios
Nas informações contábeis intermediárias consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

2.10 Ágio
O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado por seu custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão beneficiar-se das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável.

Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos.

2.11 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos
A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Notas Explicativas

Impostos correntes
A provisão para imposto de renda e contribuição social na Sociedade está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Impostos diferidos
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias consolidadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das informações contábeis intermediárias e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período de relatório, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido. Nesses casos, os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Resultados abrangentes" no patrimônio líquido.

Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.12 Benefícios a empregados
A Sociedade é copatrocinadora de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

2.13 Provisão para riscos
Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período de relatório, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. As provisões que envolvem processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em discussão judicial, atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços.

2.14 Dividendos e juros sobre o capital próprio
A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Sociedade. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando aplicável, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as informações contábeis

Notas Explicativas

intermediárias, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações contábeis intermediárias, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos", no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 17.(g). Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.15 Plano de opções de ações e de ações restritas

A Sociedade oferece a seus administradores e a alguns de seus colaboradores, bem como aos de sua controlada Servinet, plano de opção de compra de ações e plano de ações restritras. As opções ou ações são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção ou da ação em contrapartida ao patrimônio líquido. No fim de cada exercício, a Sociedade revisa suas estimativas da quantidade de opções e ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

2.16 Ativos e passivos financeiros

a. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo por meio do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são mensurados ao valor justo pelo resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando: (i) é adquirido principalmente para o propósito de venda em prazo muito curto; (ii) é parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo; (iii) é um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de "hedge" em uma contabilização de "hedge". Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Sociedade tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável ("impairment"). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável ("impairment"). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

Notas Explicativas

Ativos financeiros disponíveis para venda
São aqueles que não são derivativos e que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente. Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em rubrica específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do exercício no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

b. Passivos financeiros
Os passivos financeiros são classificados: (i) pelo valor justo por meio do resultado; ou (ii) como outros passivos financeiros.

Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado
São classificados nessa categoria os passivos financeiros mantidos para negociação ou quando mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro.

Outros passivos financeiros
São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

2.17 Uso de estimativas
A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no período demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos de captura de transação), imposto de renda e contribuição social diferidos, redução ao valor recuperável do ágio e provisão para riscos. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Sociedade e suas controladas revisam as estimativas e premissas no mínimo anualmente.

2.18 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas
As novas IFRS emitidas pelo IASB e ainda não em vigor são:

- **IFRS 9** - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018);

Notas Explicativas

- **IFRS 15** - Receita de Contratos com Clientes - introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2017).

A Administração da Sociedade avaliou essas novas IFRS e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

2.19 Regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN)

Em razão da Lei nº 12.865, publicada em 09 de outubro de 2013, as atividades da Sociedade passaram a estar sujeitas à regulação do Banco Central do Brasil (BACEN), conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pela regulamentação editada pelo próprio Banco Central. Neste sentido, a Sociedade está sujeita à autorização de funcionamento pelo Banco Central bem como ao cumprimento de regras, que abrangem, dentre outros, gestão de risco, níveis mínimos de Patrimônio Líquido e o cumprimento de requisitos semelhantes aos de uma Instituição Financeira. A Administração está tomando as providências necessárias e realizando adequações visando estar em plena conformidade com a recente regulamentação a partir da concessão da autorização pelo Banco Central.

Em complementariedade às Informações Financeiras consolidadas e individuais, elaboradas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade estará sujeita a divulgar também, a partir da autorização a ser manifestada pelo órgão regulador, as Informações Financeiras elaboradas de acordo com o conjunto de critérios, procedimentos e regras contábeis consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, que diverge de algumas práticas adotadas atualmente (descritas nas notas explicativas 2.1 a 2.17) e cujos efeitos poderão ser diferentes.

A Sociedade já realizou o protocolo do pedido de autorização e aguarda manifestação do Banco Central.

3 Informações contábeis intermediárias consolidadas

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis intermediárias da Sociedade e de suas controladas. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades. Nas informações contábeis intermediárias individuais da Sociedade, as informações financeiras das controladas, controladas em conjunto e coligada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício são incluídos nas informações contábeis intermediárias consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição. O saldo do resultado é atribuído aos acionistas da Sociedade e às participações não controladoras mesmo se essas participações apresentarem resultado negativo. Quando necessário, as informações contábeis intermediárias das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as Empresas do Grupo são eliminados integralmente nas informações contábeis intermediárias consolidadas.

Para as controladas, foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e

Notas Explicativas

despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação dos acionistas não controladores.

As informações contábeis intermediárias consolidadas contemplam os saldos das contas da Sociedade (controladora), das controladas diretas Multidisplay, Servinet, Braspag, Cielo USA, Cateno e Aliança e das controladas indiretas Me-S e M4Produtos.

3.1 Controladas diretas (controle individual) e indiretas

A lista a seguir apresenta as participações nas subsidiárias consolidadas:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Controladas diretas:				
Servinet	99,99	99,99	99,99	99,99
Cielo USA	100,00	100,00	100,00	100,00
Multidisplay	50,10	50,10	50,10	50,10
Braspag	99,99	99,99	99,99	99,99
Aliança	99,99	99,99	99,99	99,99
Cateno	70,00		70,00	
Controladas indiretas:				
M4Produtos	50,10	50,10	50,10	50,10
Me-S	100,00	100,00	100,00	100,00

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas e indiretas em 30 de junho de 2015 e de 31 de dezembro de 2014 e as principais rubricas da demonstração do resultado dos semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014:

	30/06/2015							
	Servinet	Multidisplay	M4 Produtos	Braspag	Me-S	Cielo USA	Cateno	Aliança
Ativo:								
Circulante	26.514	30.820	79.359	17.155	1.012.132	3.477	928.946	-
Não circulante	24.303	40.335	25.311	15.811	280.160	2.483.115	11.508.935	32.730
Total do ativo	50.817	71.155	104.670	32.966	1.292.292	2.486.592	12.437.881	32.730
Total do ativo em 31 de dezembro de 2014	64.622	63.013	107.999	31.474	808.511	2.237.535		
Passivo e patrimônio líquido:								
Circulante	18.174	27.860	82.096	3.671	835.973	687	287.875	-
Não circulante	17.104	-	58	118	10.355	1.500.457	-	-
Patrimônio líquido	15.539	43.295	22.516	29.177	445.964	985.448	12.150.006	32.730
Total do passivo e patrimônio líquido	50.817	71.155	104.670	32.966	1.292.292	2.486.592	12.437.881	32.730
Total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014	64.622	63.013	107.999	31.474	808.511	2.237.535		

Notas Explicativas

	30/06/2015						
	Servinet	Multidisplay	M4 Produtos	Braspag	Me-S	Cielo USA	Cateno
Resultado:							
Receita líquida	63.328	201.175	42.590	18.582	709.805	-	778.991
Lucro (prejuízo) bruto	61.980	9.424	21.782	9.036	208.465	(30.741)	251.467
Lucro operacional antes do resultado financeiro	3.522	6.711	10.195	3.708	76.924	17.048	228.320
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	4.564	5.835	10.302	4.177	76.580	(2.037)	248.483
Lucro líquido do semestre	3.011	6.460	6.174	2.352	46.914	16.406	164.007
Lucro (prejuízo) líquido do semestre findo em 30 de junho de 2014	2.797	6.715	5.302	1.547	23.464	(4.664)	

3.2 Controladas em conjunto ("Joint ventures") e Coligada

As participações nas controladas em conjunto e coligada incluem:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Controladas em conjunto:				
Orizon	40,95	40,95	40,95	40,95
Prevsaúde	40,95	40,95	40,95	40,95
Guilher	40,95	40,95	40,95	40,95
Paggo	50,00	50,00	50,00	50,00
Coligada:				
Stelo	30,00		30,00	

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das "joint ventures" e coligada em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 e as principais rubricas da demonstração do resultado dos semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014:

	30/06/2015				
	Orizon	Prevsaúde	Paggo	Guilher	Stelo
Ativo:					
Circulante	125.489	18.166	1	15.765	42.825
Não circulante	62.780	458	363	15	34.735
Total do ativo	188.269	18.624	364	15.780	77.560
Total do ativo em 31 de dezembro de 2014	174.762	15.052	390	3.334	
Passivo e patrimônio líquido:					
Circulante	11.267	1.797	210	15.519	16.683
Não circulante	1.122	86	-	-	-
Patrimônio líquido	175.880	16.741	154	261	60.877
Total do passivo e patrimônio líquido	188.269	18.624	364	15.780	77.560
Total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014	174.762	15.052	390	3.334	

Notas Explicativas

	30/06/2015				
	Orizon	**Prevsaúde**	**Paggo**	**Guilher**	**Precisa**
Resultado:					
Receita líquida	66.564	5.918	-	1.961	-
Lucro bruto	27.724	3.991	-	196	-
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	17.007	3.864	(26)	173	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	22.758	4.665	(27)	347	-
Lucro (prejuízo) líquido do semestre	17.990	3.700	(27)	291	-
Lucro (prejuízo) líquido do semestre findo em 30 de junho de 2014	13.952	3.593	(374)	(309)	2.747

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	**31/12/2014**	**30/06/2015**	**31/12/2014**
Caixa e bancos:				
Moeda nacional	17.952	25.082	21.039	26.208
Moeda estrangeira	886	20.037	378.238	206.941
Aplicações financeiras:				
Debêntures compromissadas (a)	6.251	3.705.009	732.672	3.737.513
Certificados de Depósito Bancário - CDB (a)	61.852	5.901	73.981	26.051
"Money Market Deposit Account" - MMDA (b)	2.348	2.008	2.348	2.008
Total	89.289	3.758.037	1.208.278	3.998.721

As aplicações financeiras têm as seguintes características:

(a) Em 30 de junho de 2015, as aplicações financeiras em debêntures compromissadas e CDB foram rentabilizadas, em média, a 100,70% (100,55% em 31 de dezembro de 2014), da taxa DI.

(b) Os recursos aplicados no exterior (Nova York - Estados Unidos da América) em MMDA são rentabilizados a uma taxa prefixada de 0,25% ao ano.

Os saldos da rubrica "Caixa e bancos" são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil e no exterior, substancialmente representados por montantes depositados pelas instituições financeiras emissoras de cartões de crédito e de débito, no caso da Sociedade, e por membros das associações de cartões, no caso da Me-S, sendo tais valores utilizados para a liquidação financeira das transações com os estabelecimentos comerciais.

As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem relevantemente dos valores contabilizados.

Notas Explicativas

5 Contas a receber operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	**31/12/2014**	**30/06/2015**	**31/12/2014**
Antecipação de recebíveis (a)	8.847.874	9.112.285	8.847.874	9.112.285
Valores a receber de transações financeiras processadas (b)	-	-	499.132	275.193
Valores a receber de comissão de estabelecimentos comerciais (c)	-	-	216.842	-
Adiantamento de intercâmbio a estabelecimentos comerciais (d)	-	-	130.520	103.457
Trava de domicílio bancário (e)	12.316	11.952	12.316	11.952
Serviço de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte (f)	12.646	7.294	12.646	7.294
Contas a receber de serviços de “mobile payment” (g)	-	-	78.463	78.162
Contestações de portadores de cartões de crédito - “chargeback” (h)	20.985	43.512	20.985	43.512
Outras contas a receber	6.909	4.552	15.338	9.534
Total	8.900.730	9.179.595	9.834.116	9.641.389

(a) O saldo corresponde às operações de antecipação de recebíveis aos estabelecimentos comerciais referente a transações de cartões que serão recebidas dos bancos emissores de cartão em até 360 dias da data de antecipação aos estabelecimentos comerciais. Em 30 de junho de 2015, o referido montante está líquido da receita com antecipação de recebíveis recebida antecipadamente na data da liberação do numerário, no total de R$ 336.987 (R$292.596 em 31 de dezembro de 2014), a ser apropriada conforme a fluência dos prazos das operações, uma vez que está relacionado à antecipação de recebíveis por vendas a crédito à vista e parcelado, cujo vencimento original ocorreria após as datas dos balanços.

(b) Correspondem a saldos a receber registrados na controlada Me-S. São representados por valores devidos pelos membros das associações de cartões por transações processadas que foram autorizadas, mas ainda não recebidas pela Me-S até as datas dos balanços. Os valores a receber são normalmente recebidos no dia útil seguinte à data da captura das transações. As associações de cartões remetem à Me-S os valores devidos aos estabelecimentos comerciais para processamento líquido da taxa de intercâmbio retida pelos bancos emissores.

(c) O saldo corresponde às comissões auferidas pela controlada Cateno, devidas pelos Estabelecimentos Comerciais, por intermédio do banco emissor, decorrentes dos serviços de gestão de contas de pagamento no Arranjo Ourocard. De forma geral, as taxas oriundas de transações com cartão de crédito são liquidadas em 28 dias e as decorrentes de operações com cartão de débito são liquidadas 1 dia útil após a transação.

(d) São representados pelo adiantamento das taxas de intercâmbio que a controlada Me-S realiza para os estabelecimentos comerciais durante o mês. Essas taxas de intercâmbio, bem como a comissão sobre os serviços prestados pela Me-S, são recebidas no início do mês subsequente àquele em que ocorreram as transações.

(e) A Sociedade oferece aos bancos emissores o serviço de trava de domicílio bancário mediante autorização prévia do estabelecimento comercial para bloquear qualquer transferência de recebíveis desse estabelecimento para outro banco. Por esse serviço, a Sociedade recebe comissão, a qual é liquidada no mês subsequente à solicitação da trava de domicílio bancário pelos bancos emissores.

(f) Contas a receber da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS decorrentes da prestação de serviços de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte.

(g) Contas a receber referentes a serviços de pagamentos eletrônicos realizados pelas controladas M4Produtos e Multidisplay por meio de aparelhos celulares e venda de créditos telefônicos com cartões de crédito e débito.

(h) Correspondem substancialmente a saldos a receber de contestação de portadores de cartão de crédito (“chargeback”).

Notas Explicativas

O saldo da rubrica "Contas a receber operacionais", por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	**31/12/2014**	**30/06/2015**	**31/12/2014**
A vencer	8.879.745	9.136.083	9.813.131	9.597.877
Vencidos até 45 dias	20.985	43.512	20.985	43.512
Total	8.900.730	9.179.595	9.834.116	9.641.389

6 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis, e estão classificados no ativo não circulante e passivo não circulante.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

a. Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos - Ativo

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	**31/12/2014**	**30/06/2015**	**31/12/2014**
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos	434.471	403.111	440.286	408.715
Provisão para despesas diversas	277.662	335.667	349.642	343.888
Provisão para perdas com equipamentos de captura de transações e com créditos incobráveis	11.109	4.131	11.109	4.131
Total	723.242	742.909	801.037	756.734

b. Composição do imposto de renda diferido - Passivo constituído em empresas no exterior

	Consolidado	
	30/06/2015	**31/12/2014**
Diferenças temporárias:		
Valor justo dos ativos intangíveis da Me-S, adquirida em 2012	253.372	337.263
Outras diferenças temporárias	10.354	7.402
Total	263.726	344.665

Notas Explicativas

O imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo em 30 de junho de 2015, conforme demonstrado no item 6 (a), foram constituídos sobre diferenças temporárias. Conforme melhor estimativa da Administração, os créditos tributários constituídos sobre provisão para despesas diversas, provisão para perdas com equipamentos de captura de transações e provisão com créditos incobráveis, no montante de R$ 288.771 (R$ 360.751 no consolidado) serão realizados, principalmente, durante o exercício de 2015. A parcela dos créditos tributários sobre provisões para riscos, no montante de R$ 434.471 (R$ 440.286 no consolidado), serão realizadas quando do desfecho final de cada ação, conforme andamento processual descrito na nota explicativa nº 16.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social para os semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014:

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.234.914	1.174.184	2.552.269	2.371.004	1.347.155	1.177.393	2.707.273	2.377.837
Alíquotas vigentes - %	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(419.871)	(399.223)	(867.771)	(806.141)	(458.033)	(400.314)	(920.473)	(808.465)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	20.264	22.712	38.794	22.712	20.264	22.712	38.794	22.712
Benefício fiscal de P&D	-	-	14.331	10.037	-	-	14.331	10.037
Equivalência patrimonial	35.518	1.575	50.036	2.914	1.238	944	2.500	1.879
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	(1.377)	(2.458)	(6.362)	(1.058)	(3.068)	(3.793)	(8.703)	(1.180)
Imposto de renda e contribuição social	(365.466)	(377.394)	(770.972)	(771.536)	(439.599)	(380.451)	(873.551)	(775.017)
Correntes	(348.017)	(442.814)	(752.955)	(848.839)	(453.759)	(450.430)	(930.880)	(861.333)
Diferidos	(17.449)	65.420	(18.017)	77.303	14.160	69.979	57.329	86.316

Os incentivos para Atividades Culturais e Artísticas (“Lei Rouanet”), Desportivas, Pronas e para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente são registradas na rubrica “Despesa de imposto de renda - corrente”. Os incentivos fiscais registrados como despesa de imposto de renda - corrente, na controladora e no consolidado, totalizaram R$ 7.220 no semestre findo em 30 de junho de 2015 (R$ 2.087 no semestre findo em 30 de junho de 2014). No período de três meses findo em 30 de junho de 2015, os incentivos fiscais contabilizados como despesa de imposto de renda - corrente, na controladora e consolidado totalizaram R$ 5.350 (R$ 1.500 período de três meses findo em 30 de junho de 2014).

7 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Em controladas	9.597.793	910.190	-	-
Em controladas em conjunto	66.220	58.867	66.220	58.867
Em coligada	-	-	18.263	-
Total	9.664.013	969.057	84.483	58.867

Notas Explicativas

As principais informações sobre as controladas diretas, indiretas, controladas em conjunto (“joint ventures”) e coligada referentes ao valor de investimento e o resultado de equivalência patrimonial registrados nas informações contábeis intermediárias individuais estão demonstradas no quadro abaixo:

	Patrimônio líquido ajustado		Lucro (prejuízo) do semestre		Participação - %		Resultado de equivalência patrimonial		Investimentos	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	31/12/2014
Controladas:										
Servinet	15.539	22.527	3.012	2.797	99,99	99,99	3.012	2.797	15.539	22.527
Multidisplay	59.668	63.452	6.460	6.715	50,10	50,10	3.236	3.364	29.894	31.790
Braspag	29.177	26.825	2.352	1.547	99,99	99,99	2.352	1.547	29.177	26.825
Cielo USA	985.448	829.048	16.406	(4.664)	100,00	100,00	16.406	(4.664)	985.448	829.048
Cateno (a)	12.150.006	-	164.007	-	70,00		114.805	-	8.505.005	-
Aliança (b)	32.730	-	-	-	99,99		-	-	32.730	-
Total controladas	13.272.568	941.852	192.237	6.395			139.811	3.044	9.597.793	910.190
Controladas em conjunto:										
Orizon (c)	175.880	157.891	17.990	13.952	40,95	40,95	7.367	5.713	66.143	58.776
Paggo (d)	154	181	(27)	(374)	50,00	50,00	(14)	(187)	77	91
Total controladas em conjunto	176.034	158.072	17.963	13.578			7.353	5.526	66.220	58.867
Coligada:										
Stelo	60.877				30,00				18.263	
Total							147.164	8.570		

(a) A partir de 27 de fevereiro de 2015, as informações financeiras da Cateno passaram a integrar as informações contábeis intermediárias (vide nota explicativa n° 01 - Contexto Operacional).

(b) A partir de 12 de junho de 2015, as informações financeiras da Aliança passaram a integrar as informações contábeis intermediárias (vide nota explicativa n° 01 - Contexto Operacional).

(c) O valor de R$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Orizon.

(d) O investimento reconhecido pela Cielo contempla ajustes realizados no balanço de abertura da controlada Paggo em decorrência da aplicação dos procedimentos de alocação do preço de compra, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócios, substancialmente representado pela provisão para perdas na plataforma de softwares.

Principais informações financeiras referente as controladas de forma indireta, controladas em conjunto de forma indireta e coligada.

	Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)		Lucro (prejuízo) do semestre		Participação - %	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	31/12/2014
Prevsaúde	16.741	13.041	3.700	3.593	40,95	40,95
Guilher	261	(30)	291	(309)	40,95	40,95
M4Produtos	22.516	25.444	6.174	5.302	50,10	50,10
Me-S	445.964	349.587	46.914	23.464	100,00	100,00
Stelo	60.877				30,00	
Precisa (e)				2.747		

(e) Em 20 de março de 2014, houve a alienação integral da controlada em conjunto Precisa para outro grupo econômico.

Na consolidação das informações contábeis intermediárias, para as controladas diretas Multidisplay, Braspag, Cielo USA e Aliança, bem como para as controladas indiretas M4Produtos e Me-S, foram utilizadas as informações contábeis de 31 de maio de 2015 para

Notas Explicativas

efeito de cálculo dos investimentos em 30 de junho de 2015. Dessa forma, os resultados da equivalência patrimonial referem-se ao período de seis meses findo em 31 de maio de 2015.

A Sociedade possui investimentos em controladas no exterior cujas informações contábeis intermediárias foram originalmente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP"). Não são efetuados ajustes às informações contábeis intermediárias das controladas no exterior, uma vez que não há diferenças relevantes em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil e às IFRS's.

A movimentação dos investimentos nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	850.181	46.388
Aumento de capital:		
Paggo	1.000	1.000
Variação cambial sobre investimento no exterior	(43.381)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Multidisplay	(5.873)	-
Equivalência patrimonial	8.570	5.526
Saldo em 30 de junho de 2014	810.497	52.914
Saldo em 31 de dezembro de 2014	969.057	58.867
Aumento de capital:		
Cateno	8.390.200	-
Aliança	32.730	-
Stelo	-	18.263
Variação cambial sobre investimento no exterior	139.994	-
Dividendos recebidos:		
Multidisplay	(5.132)	-
Servinet	(10.000)	-
Equivalência patrimonial	147.164	7.353
Saldo em 30 de junho de 2015	9.664.013	84.483

8 Imobilizado

		Controladora			
		30/06/2015			31/12/2014
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos de captura de transações (*)	33	1.652.357	(967.823)	684.534	613.765
Equipamentos de processamento de dados	20	130.382	(58.792)	71.590	74.754
Máquinas e equipamentos	10	41.058	(39.701)	1.357	1.098
Instalações	10	30.450	(10.217)	20.233	7.677
Móveis e utensílios	10	7.966	(4.657)	3.309	3.221
Veículos	20	1.543	(980)	563	759
Total		1.863.756	(1.082.170)	781.586	701.274

Notas Explicativas

		Consolidado			
		30/06/2015			31/12/2014
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos de captura de transações (*)	33	1.653.477	(968.548)	684.929	613.989
Equipamentos de processamento de dados	20	156.934	(73.981)	82.953	85.298
Máquinas e equipamentos	10	51.351	(47.588)	3.763	3.741
Instalações	10	48.159	(17.744)	30.415	15.564
Móveis e utensílios	10	11.403	(6.602)	4.801	4.473
Veículos	20	1.641	(996)	645	850
Total		1.922.965	(1.115.459)	807.506	723.915

A movimentação do imobilizado nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014 é como segue:

	Controladora				
	31/12/2014	Adições	Baixas	Depreciações	30/06/2015
Equipamentos de captura de transações (*)	613.765	248.382	(8.216)	(169.397)	684.534
Equipamentos de processamento de dados	74.754	7.430	-	(10.594)	71.590
Máquinas e equipamentos	1.098	537	-	(278)	1.357
Instalações	7.677	13.217	-	(661)	20.233
Móveis e utensílios	3.221	368	-	(280)	3.309
Veículos	759	-	(69)	(127)	563
Total	701.274	269.934	(8.285)	(181.337)	781.586

	31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciações	30/06/2014
Total	497.049	182.675	(14.454)	(153.144)	512.126

Notas Explicativas

	Consolidado					
	31/12/2014	**Adições**	**Baixas**	**Depreciações**	**Variação cambial**	**30/06/2015**
Equipamentos de captura de transações (*)	613.989	248.591	(8.238)	(169.450)	37	684.929
Equipamentos de processamento de dados	85.298	11.470	(4)	(12.895)	(916)	82.953
Máquinas e equipamentos	3.741	1.401	(1)	(837)	(541)	3.763
Instalações	15.564	16.065	-	(1.213)	(1)	30.415
Móveis e utensílios	4.473	724	(3)	(390)	(3)	4.801
Veículos	850	-	(68)	(137)	-	645
Total	723.915	278.251	(8.314)	(184.922)	(1.424)	807.506

	31/12/2013	**Adições**	**Baixas**	**Depreciações**	**Variação cambial**	**30/06/2014**
Total	515.328	185.664	(14.456)	(154.951)	(896)	530.689

(*) Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, está contabilizada provisão para perdas de equipamentos de captura de transações, nos montantes de R$ 14.843 e R$ 3.715, respectivamente, como redutora do saldo da respectiva rubrica.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Sociedade possuía contratos de empréstimos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (FINAME) para aquisição de novos equipamentos de captura de transações, conforme descrito na nota explicativa nº 13.(a). Adicionalmente, nessas datas, a Sociedade não possuía saldos de arrendamento financeiro a pagar.

9 Ágio na aquisição de investimentos

Em 30 de junho de 2015, os ágios gerados na aquisição de investimentos estão registrados na rubrica de intangíveis, no montante de R$ 56.799 e R$ 1.536.535 na Controladora e no Consolidado, respectivamente (em 31 de dezembro de 2014, o montante totalizava R$ 56.799 e R$ 1.122.766 na Controladora e no Consolidado, respectivamente), conforme composição analítica apresentada a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Multidisplay:				
Ágio na aquisição de controlada	20.690	20.690	20.690	20.690
Reclassificação de benefício fiscal de ágio incorporado pela Multidisplay	-	-	10.658	10.658
Braspag:				
Ágio na aquisição de controlada	25.966	25.966	25.966	25.966
Reclassificação de benefício fiscal de ágio incorporado pela Braspag	-	-	13.377	13.377
Projeto Saúde (“Orizon”)	10.143	10.143	10.143	10.143
Me-S	-	-	1.441.234	1.041.932
Stelo	-	-	14.467	-
Total	56.799	56.799	1.536.535	1.122.766

A movimentação do saldo de ágio nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	56.799	999.725
Variação cambial	-	(54.968)
Saldo em 30 de junho de 2014	56.799	944.757
Saldo em 31 de dezembro de 2014	56.799	1.122.766
Variação cambial	-	207.364
Reclassificação de ágio da Me-S	-	191.938
Aquisição da coligada Stelo	-	14.467
Saldo em 30 de junho de 2015	56.799	1.536.535

Projeto Saúde (“Orizon”)

Em 2008, houve reorganização societária do grupo CBGS e posterior compra de participação de 40,95% de seu capital social pela Cielo por meio da Orizon, cujo processo gerou ágio inicialmente registrado na Sociedade no montante de R$ 26.269, valor posteriormente reduzido em virtude do reconhecimento de provisão para perda no valor recuperável no montante R$ 16.126 em função da ausência de expectativa de rentabilidade futura do ágio.

Aquisição de controle - Multidisplay

Em agosto de 2010, a Sociedade adquiriu por meio da controlada direta Servrede, 50,1% das ações representativas do capital social da Multidisplay e da sua controlada integral M4Produtos, que juntas são referidas M4U, pelo valor de R$50.650, gerando ágio inicial de R$ 31.348.
No processo de reestruturação societária ocorrido em 2012, a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay, o benefício fiscal sobre o valor do ágio em R$10.658 foi incorporado pela Multidisplay e o valor remanescente do ágio, em R$20.690, foi reconstituído na Sociedade conforme previsto na Instrução CVM nº 319/99 e nº349/01.

Notas Explicativas

Aquisição do controle - Braspag

Em maio de 2011, por meio da até então controlada direta Cielopar, a Sociedade adquiriu 100% das ações do capital social da Braspag pelo valor de R$40.000. O valor do investimento registrado contabilmente até então pela Cielopar, incluía ágio na aquisição das ações no montante de R$39.343.

No processo de reestruturação societária ocorrido em 2012, a Cielopar foi incorporada pela sua então controlada Braspag. O benefício fiscal sobre o valor do ágio em R$13.377 foi incorporado pela Braspag e o valor remanescente do ágio, em R$25.966, foi reconstituído na Sociedade conforme previsto na Instrução CVM nº 319/99 e nº349/01.

Aquisição do controle - Me-S

Em agosto de 2012, a Sociedade concluiu a aquisição, por meio da sua controlada direta Cielo USA, de 100% das ações do capital social da Me-S.

A Cielo USA, com base em relatório de estudo de alocação de preço de compra ("PPA"), elaborado por empresa contratada, especializada e independente, efetuou a alocação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Me-S; portanto, os ativos líquidos adquiridos, registrados nos livros por R$ 180.098 em 31 de agosto de 2012, foram avaliados em R$ 627.581 a valor justo.

O valor do investimento registrado contabilmente pela Cielo USA inclui ágio inicial na aquisição das ações no montante de R$818.875, gerado pela diferença entre o valor justo total, no montante de R$ 627.581, e o preço de aquisição no montante de R$ 1.365.256 somado ao saldo de caixa e equivalentes de caixa adquiridos de R$ 81.200. A variação do saldo consolidado do ágio no período decorre de apreciação do dólar e de reclassificações de saldos de ativos intangíveis, líquidos de impostos, alocados na aquisição da Me-S para a rubrica de ágio registrado na Cielo USA.

Aquisição de participação - Stelo

Conforme divulgado em 15 junho de 2015, a Sociedade por meio de sua subsidiária Aliança e a Cia Brasileira de Soluções e Serviços ("CBSS"), companhia controlada pelo Banco Bradesco S.A. e pelo Banco do Brasil S.A., assinaram os documentos definitivos, após o cumprimento das condições precedentes, para a subscrição de participação acionária na Stelo, conforme nota explicativa nº 1 - Contexto Operacional.

O valor do investimento registrado contabilmente pela Aliança inclui ágio inicial na aquisição das ações no montante de R$14.467 gerado pela diferença entre o percentual de participação no patrimônio líquido total da Stelo e preço de compra no montante de R$ 32.730.

Notas Explicativas

10 Outros intangíveis

A composição analítica de outros intangíveis está apresentada a seguir:

		Controladora			
		30/06/2015			31/12/2014
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software (a)	20	258.030	(136.737)	121.293	112.173
Desenvolvimento de projetos (b)	20	25.054	(15.310)	9.744	10.022
Relacionamento com clientes (c)	10	953	(659)	294	317
Acordo de não competição (d)	7,5	10.284	(6.817)	3.467	4.160
Contratos de serviços (e)	20	11.994	(11.994)	-	-
Total		306.315	(171.517)	134.798	126.672

		Consolidado			
		30/06/2015			31/12/2014
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software (a)	6,66 - 20	686.099	(246.952)	439.147	402.147
Desenvolvimento de projetos (b)	20	272.768	(171.526)	101.242	78.836
Relacionamento com clientes (c)	4 - 20	489.105	(106.635)	382.470	606.321
Acordo de não competição (d)	7,5 - 50	131.578	(65.420)	66.158	94.756
Contratos de serviços (e)	8 - 20	36.419	(15.939)	20.480	19.027
Marcas (f)	10	3.103	(2.843)	260	5.905
Direito de Exploração-Arranjo Ourocard (g)	3,33	11.572.000	(128.578)	11.443.422	-
Total		13.191.072	(737.893)	12.453.179	1.206.992

(a) Software - refere-se a softwares adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações comerciais de clientes. Adicionalmente, em 2012, quando da aquisição de 100% do capital social da Me-S, foi reconhecido o ajuste do valor justo da plataforma de softwares na Cielo USA, no montante de R$223.300 (equivalente a US$110.000). Para avaliar o valor justo da plataforma de softwares, a empresa especializada que emitiu o laudo utilizou como critério de valorização a média dos valores obtidos com as metodologias "Relief-from-Royalty" (a um "royalty fee" de 16%) e "Cost Aproach - Third-party Cost Estimates". A vida útil definida para essa plataforma de softwares é de 12 anos.

(b) Desenvolvimento de projetos - refere-se a gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços que visam incrementar o faturamento e a receita da Sociedade e de suas controladas.

Existem outros intangíveis gerados pela alocação do preço pago na aquisição do controle da M4U, da Braspag e da Me-S, em agosto de 2010, maio de 2011 e agosto de 2012, respectivamente. Esses intangíveis foram contabilizados com base em laudos elaborados por empresas independentes especializadas naquelas datas, e os critérios para determinação desses ativos intangíveis estão descritos a seguir:

(c) Relacionamento com clientes:

- **Braspag -** O principal componente do ativo intangível é a carteira de clientes, que foi avaliada pela metodologia "Income Approach" considerando o saldo de clientes ativos e o respectivo "churn rate", utilizando-se de uma vida útil estimada de 120 meses.

- **Me-S -** A carteira de clientes da Me-S foi classificada em três principais grupos: "e-commerce", "bank customer" e "B2B/Outros". Cada carteira foi avaliada separadamente, pela metodologia "Excess Earnings", respeitando-se suas características específicas e individuais. Como taxa de desconto, foi utilizada a de 10% ao ano para as carteiras "e-commerce" e "bank customer" e 11% para "B2B/Outros". A estimativa da vida útil utilizada foi baseada nos anos em

Notas Explicativas

que cada carteira atinge aproximadamente 80% a 90% do valor do fluxo de caixa descontado acumulado, tendo sido adotado um intervalo entre o menor valor e o maior valor apurado.

(d) Acordo de não competição:

- **Multidisplay e M4Produtos**- O valor do acordo de não competição ("with and without") foi calculado pela metodologia "Income Approach", utilizando uma taxa de desconto de 17,5% ao ano, perpetuidade de 4% ao ano e vida útil estimada de 89 meses.

- **Me-S -** Com relação ao acordo de não competição, a Me-S firmou contrato com a Synovus Financial Corporation que prevê a não concorrência na carteira adquirida da Columbus Bank and Trust Company ("CB&T"), tampouco nos novos clientes adquiridos por meio da CB&T em virtude de Acordo de Recomendação. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia "With and Without", e sua vida útil teve como base a data de término do contrato.

  Adicionalmente, a Cielo USA firmou acordo de não competição com aproximadamente dez funcionários, com vencimento em 18 meses após o encerramento da transação. O valor justo desse acordo foi estimado pela metodologia "With and Without", e sua vida útil teve como base a data do término do acordo.

(e) Contratos de serviços:

- **Multidisplay e M4Produtos**- Os quatro contratos de serviços com operadoras de telecomunicações foram avaliados de acordo com o fluxo de caixa descontado de cada contrato, utilizando uma taxa de desconto de 16,5% ao ano, durante a vida útil residual de cada contrato, de aproximadamente 53 meses.

- **Me-S -** Com relação a contratos de serviços, a Me-S, quando da aquisição da carteira de clientes da CB&T, firmou contrato segundo o qual teria preferência na indicação de novos clientes. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia "Excess Earnings", e sua vida útil teve como base a data do término do contrato, ou seja, 2020.

(f) Marcas - avaliada pela metodologia "Relief-from-Royalty", tendo como premissa a taxa de "royalty" de 0,3% baseada em parâmetros obtidos da "Royalty Source Intellectual Property Database", e uma taxa de desconto de 10%.

(g) Direito de Exploração - Arranjo Ourocard:

- **Cateno** - No âmbito do acordo de associação entre a Sociedade e BB Elo Cartões, subsidiária integral do Banco do Brasil (vide nota explicativa n° 01 - Contexto Operacional), foram outorgados à Cateno os direitos de exploração da atividade de gestão de contas de pagamento pós-pagas do Arranjo de Pagamento Ourocard, de exploração da atividade de gestão da funcionalidade de compras via débito do Arranjo de Pagamento Ourocard e de participar do Arranjo de Pagamento Ourocard na qualidade de Instituição de Pagamento.

  Por meio de Laudo de Avaliação Econômico-Financeira, realizado por empresa de auditoria independente e elaborado com base na metodologia de Rentabilidade Futura, por meio do "Fluxo de Caixa Descontado", os direitos de exploração no âmbito do Arranjo de Pagamento Ourocard, acima descritos, foram avaliados em R$ 11.572 milhões com vida útil definida em 30 anos. A amortização do ativo intangível é apropriada linearmente à taxa de 3,33% ao ano.

  A vida útil e o método de amortização são revisados anualmente.

Notas Explicativas

A movimentação do intangível nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014 é como segue:

	Controladora			
	31/12/2014	**Adições**	**Amortizações**	**30/06/2015**
Software	112.173	25.796	(16.676)	121.293
Desenvolvimento de projetos	10.022	-	(278)	9.744
Relacionamento com clientes	317	-	(23)	294
Acordo de não competição	4.160	-	(693)	3.467
Contratos de serviços	-	-	-	-
Total	126.672	25.796	(17.670)	134.798

	31/12/2013	**Adições**	**Amortizações**	**30/06/2014**
Total	74.065	12.107	(12.179)	73.993

	Consolidado							
	31/12/2014	**Adições**	**Outorga de Direitos**	**Baixas**	**Transferências (a)**	**Amortizações**	**Variação cambial**	**30/06/2015**
Software	402.147	28.724	-	(235)	(2.260)	(33.222)	43.993	439.147
Desenvolvimento de projetos	78.836	19.729	-	(275)	-	(9.769)	12.721	101.242
Relacionamento com clientes	606.321	-	-	-	(265.296)	(15.000)	56.445	382.470
Acordo de não competição	94.756	575	-	-	(29.064)	(10.017)	9.908	66.158
Contratos de serviços	19.027	-	-	-	-	(566)	2.019	20.480
Marcas	5.905	-	-	-	(5.378)	(338)	71	260
Direito de Exploração-Arranjo Ourocard	-	-	11.572.000	-	-	(128.578)	-	11.443.422
Total	1.206.992	49.028	11.572.000	(510)	(301.998)	(197.490)	125.157	12.453.179

	31/12/2013	**Adições**	**Outorga de Direitos**	**Baixas**	**Transferências**	**Amortizações**	**Variação cambial**	**30/06/2014**
Total	1.081.683	22.946	-	(4.735)	-	(51.516)	(56.553)	991.825

(a) Em 30 de junho de 2015, houve transferência de saldo da rubrica de outros intangíveis para a rubrica de ágio, relacionado à aquisição da Me-S e registrado na controlada Cielo USA.

As despesas com depreciação e amortização de imobilizado e intangível foram registradas nas rubricas “Despesas gerais e administrativas” e “Custo dos serviços prestados” na demonstração do resultado.

11 Antecipação de Recebíveis com Emissores

A Sociedade efetua antecipação de valores a serem recebidos dos bancos emissores referentes às transações feitas pelos portadores de cartões, que serão repassados aos estabelecimentos comerciais no prazo de liquidação acordado. Essas antecipações possuem prazo médio de 8,0 dias úteis e a taxa média ponderada de encargos financeiros praticada em 30 de junho de 2015 é de 101,47% do DI - Depósito Interbancário (102,17% do DI em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

Os valores devidos pelos portadores de cartões de crédito por intermédio dos bancos emissores e os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados em contas de compensação.

Na controladora e consolidado, os saldos correspondentes de antecipação de recebíveis com bancos emissores são de R$ 2.240.680 em 30 de junho de 2015 e R$ 2.250.035 em 31 de dezembro de 2014.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os saldos correspondentes de repasses são:

	Controladora	
	30/06/2015	**31/12/2014**
Saldos a pagar a estabelecimentos comerciais	51.733.064	59.169.854
Saldos a receber de bancos emissores	(51.064.859)	(58.239.784)
Total	668.205	930.070

Adicionalmente à prestação de serviços de repasse dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito entre os bancos emissores e os estabelecimentos comerciais, a Sociedade também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão os repasses das transações de cartões de crédito. Conforme descrito na nota explicativa nº 28 (c), a Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos emissores dos cartões, com o intuito de proteger-se quanto a eventual risco de "default" dessas instituições. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Sociedade em virtude de inadimplência dos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições, a Sociedade estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

12 Contas a pagar a estabelecimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	**31/12/2014**	**30/06/2015**	**31/12/2014**
Transações pendentes de repasse (a)	668.205	930.070	668.205	930.070
Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais (b)	-	-	610.605	271.685
Cauções de clientes (c)	-	-	168.166	128.421
Total	668.205	930.070	1.446.976	1.330.176

(a) Transações pendentes de repasse - As transações pendentes de repasse correspondem à diferença entre os valores recebidos dos emissores de cartão referentes às transações feitas pelos portadores de cartões e os montantes a serem repassados aos estabelecimentos comerciais. De forma geral, o prazo de liquidação dos emissores de cartão de crédito para a Sociedade é de 28 dias e o prazo médio de liquidação da Sociedade com os estabelecimentos comerciais é de 30 dias. Portanto, esse saldo a pagar em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 corresponde ao "float" de aproximadamente dois dias.

Notas Explicativas

(b) Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais - Representados por valores devidos pela controlada Me-S a seus estabelecimentos comerciais, referentes a transações capturadas e processadas até as datas dos balanços. Tais valores são liquidados no dia útil seguinte à captura das transações.

(c) Cauções de clientes - A controlada Me-S requer depósitos como garantia de clientes para fazer frente a potenciais riscos de reclamação por parte dos portadores de cartões em decorrência de fraude na transação ou falência do estabelecimento comercial.

13 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	**31/12/2014**	**30/06/2015**	**31/12/2014**
FINAME (a)	418.120	430.450	418.120	430.450
Financiamentos de longo prazo - "ten years bonds" (b)	1.455.313	1.244.021	2.703.084	2.315.245
Notas Promissórias (c)	-	4.594.047	-	4.594.047
Debêntures Privadas (d)	3.486.285	-	3.486.285	-
Debêntures Públicas (e)	4.710.755	-	4.710.755	-
Financiamento de P&D (f)	58.642	-	58.642	-
Empréstimo BTMU (g)	634.840	-	634.840	-
Total	10.763.955	6.268.518	12.011.726	7.339.742
Circulante	2.043.063	4.829.609	2.043.750	4.833.602
Não circulante	8.720.892	1.438.909	9.967.976	2.506.140
Total	10.763.955	6.268.518	12.011.726	7.339.742

(a) **FINAME**
A taxa média ponderada de encargos financeiros é de 5,31% ao ano em 30 de junho de 2015 (4,98% ao ano em 31 de dezembro de 2014).

A Sociedade é beneficiária de uma linha de crédito com o BNDES relativa a operações de repasse de FINAME, um empréstimo destinado a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional. O referido repasse ocorre por meio da concessão de crédito à Sociedade, gerando direitos de recebimento por parte da instituição financeira credenciada como agente financeiro que contratam com a Sociedade as referidas operações de financiamento.

Os contratos firmados têm como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens adquiridos por meio de FINAME.

(b) **Financiamentos de longo prazo - "ten years bonds"**
Em novembro de 2012, a Sociedade e a controlada Cielo USA concluíram a operação financeira de emissão de "bonds" no valor total de US$875 milhões, sendo US$470 milhões emitidos pela Sociedade e US$405 milhões emitidos pela controlada Cielo USA. O montante captado pela Cielo USA foi utilizado para pagamento da aquisição do controle acionário da Me-S. Com relação à Sociedade, tais recursos foram utilizados para o fomento de capital de giro.

O financiamento foi captado com juros de 3,75% ao ano. Os juros são pagos semestralmente e o principal em novembro de 2022.

Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão desses "bonds" (bancos, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.

Notas Explicativas

Não há cláusulas de "covenants" impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão de "bonds".

(c) **Notas Promissórias**

Em 29 de dezembro de 2014, a Sociedade emitiu Notas Promissórias com prazo de vigência de até 180 dias contados da data de emissão. O valor total da emissão foi de R$ 4.600.000, composta por 460 Notas Promissórias, com valor nominal unitário de R$10.000. A remuneração das Notas Promissórias contemplou juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada de 106,50% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP.

Para essa operação, a Sociedade incorreu em custos diretamente relacionados ao processo de emissão no montante de R$ 10.374, que foram apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.

Não existiam cláusulas de "covenants" impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão das Notas Promissórias.

Em 13 de abril de 2015, houve resgate antecipado do saldo integral das Notas Promissórias com os recursos obtidos na emissão das debêntures públicas.

(d) **Debêntures Privadas**

Em 27 de fevereiro de 2015, a Sociedade realizou a 1ª, a 2ª e a 3ª emissões de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações para distribuição privada. As três emissões totalizam o montante de R$ 3.459.449 e estabelecem como data de vencimento o dia 30 de dezembro de 2023. A remuneração das Debêntures Privadas contemplará juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada entre 100,00% e 111,00% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interbancários, conforme aplicável, indicado na tabela abaixo:

	Montante principal	Remuneração
1ª emissão	2.359.449	111% do DI
2ª emissão	700.000	100% do DI até 31.03.2015 e 111% do DI após 31.03.2015
3ª emissão	400.000	100% do DI desde a data de integralização até o dia em que for destituído o "Comitê de Transição" ou até o fim do período de 9 (nove) anos, contados a partir de data base a ser definida em aditamento da Escritura. Na ocasião de qualquer um dos eventos, os juros remuneratórios se basearão na variação de 111% do DI.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente a partir da data de emissão, exceto pelo último período de capitalização que será mais curto, pois terá início em 27 de agosto de 2023 e encerrará com pagamento na data de vencimento, juntamente com o valor principal.

Não existem cláusulas de "covenants" impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão das Debêntures Privadas.

(e) **Debêntures Públicas**

Em 13 de abril de 2015, a Sociedade realizou a 4ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações e para distribuição pública nos termos da IN/CVM 400/03. A emissão foi realizada no montante de R$ 4.600.000, com data de vencimento em 13 de abril de 2018. A remuneração das Debêntures Públicas contemplará juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulado de 105,8% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interbancários. O valor principal será amortizado em 3 parcelas iguais e anuais, em abril de cada ano, e os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, em abril e outubro de cada ano.

O montante de R$ 4.600.000 foi integralmente destinado ao resgate antecipado das Notas Promissórias, emitidas em 29 de dezembro de 2014.

As Debêntures Públicas possuem "covenants" que obrigam a Sociedade a manter o índice de endividamento Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado igual ou inferior à 3, a ser mensurado anualmente.

Notas Explicativas

(f) **Financiamento de P&D**
Em 9 de dezembro de 2014, a Cielo celebrou contrato de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública brasileira de fomento à ciência, tecnologia e inovação em empresas no valor total de R$ 159.769, cuja primeira parte dos recursos no montante de R$ 59.115, sendo R$ 58.553 líquidos de despesas de inspeção e supervisão, foram liberados em 16 de junho de 2015. O referido financiamento foi captado com juros de 4,00% ao ano, com início de pagamento do saldo principal em 36 meses que será realizado em 85 parcelas sucessivas mensais após o referido prazo de carência. Os juros são pagos a partir do recebimento da primeira liberação.

Não existem cláusulas de "covenants" impondo restrições de ordem financeira em relação ao financiamento obtido junto ao FINEP.

(g) **Empréstimo BTMU**
Em 19 de junho de 2015, a Sociedade contratou junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. ("BTMU") um empréstimo em dólares americanos no valor de US$204.625, equivalente a R$ 630.000 pelo prazo de 18 meses, que contemplará juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulado de 100,00% da Libor mais "spread" 0,73% ao ano. Conjuntamente, a Sociedade contratou instrumento financeiro derivativo (Swap) com o objetivo específico de proteger o referido empréstimo de oscilações decorrentes de variação cambial e da taxa de juros, tendo a remuneração mensal final, considerados todos os custos da operação, equivalente a 99,4% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interbancários. Os juros dos empréstimos são pagos mensalmente desde início da contratação, juntamente com a liquidação parcial do instrumento financeiro.

O empréstimo obtido junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd possui "covenants" que obrigam a Sociedade a manter o índice de endividamento Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado igual ou inferior à 3, a ser mensurado anualmente.

A mutação dos empréstimos e financiamentos para os semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.544.641	2.488.485
Novas captações	115.865	115.865
Pagamento de principal	(138.063)	(138.063)
Variação cambial (principal e juros)	(66.224)	(123.335)
Juros provisionados e encargos apropriados	29.770	47.634
Juros pagos	(29.438)	(46.238)
Saldo em 30 de junho de 2014	1.456.551	2.344.348
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.268.518	7.339.742
Novas captações	8.839.422	8.839.422
Pagamento de principal	(4.846.219)	(4.846.219)
Variação cambial (principal e juros)	215.542	395.787
Juros provisionados e encargos apropriados	325.178	344.264
Juros pagos	(38.486)	(61.270)
Saldo em 30 de junho de 2015	10.763.955	12.011.726

Hedge Accounting

Hedge de investimento líquido

O Grupo designou a captação de recursos de terceiros, por meio da emissão dos "bonds" como instrumento financeiro de "hedge" para riscos relacionados à moeda estrangeira, como "hedge

Notas Explicativas

de investimentos líquidos em operações no exterior".

Na data da captação dos recursos financeiros relacionados à emissão dos "bonds", a Sociedade documentou a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto da proteção demonstrando seus objetivos e as estratégias de gestão de risco. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Sociedade documenta se o instrumento de "hedge" usado em uma relação de "hedge" é efetivo na compensação das mudanças de valor justo.

Para os "hedges" de investimentos líquidos em operações no exterior, os ganhos ou as perdas relativos à parcela efetiva do instrumento de "hedge" são reconhecidos em "Resultados abrangentes" e acumulados na rubrica "Variação cambial de empréstimo no exterior". Os ganhos ou as perdas relacionados à parte não efetiva, se existirem, são reconhecidos imediatamente no resultado do período.

Os ganhos e as perdas do instrumento de "hedge" relativo à parcela efetiva acumulada na reserva de conversão de moeda estrangeira serão reclassificados para o resultado quando da alienação do investimento no exterior.

A Sociedade prevê a necessidade de renovação ou de contratação de nova operação no caso em que o instrumento financeiro apresente vencimento anterior ao do item objeto de "hedge".

Hedge de valor justo

A Sociedade contratou Instrumento Financeiro na modalidade de *swap* (instrumento de hedge) e o designou como instrumento de proteção de oscilações decorrentes de variação cambial e taxa de juros Libor (*London Interbank Offered Rate*) decorrentes do empréstimo tomado junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd (objeto de hedge) no montante de US$204.625, equivalente a R$ 630.000 pelo prazo de 18 meses.

Os termos contratuais do contrato de empréstimo e do *swap* foram celebrados de tal forma que a comparação entre "ponta ativa" (contas a receber da Sociedade) do *swap* e o saldo de empréstimo (contas a pagar da Sociedade), ambos ajustados pelo justo, não gerem perdas ou ganhos decorrentes da variação cambial e taxa de juros contratada. Dessa forma, a Sociedade permanece exposta somente à "ponta passiva" do Swap que possui valor nocional em reais, remunerados à 99,4% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interbancários.

A Sociedade adotou o método da correspondência de fatores críticos do Hedge (*Critical Terms Match Method*) para documentar a relação de efetividade entre o objeto e o instrumento de hedge. Assim, os ganhos e perdas do instrumento e do objeto de hedge são reconhecidos pelo valor justo no resultado no período em que ocorrem.

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante

A composição do saldo da rubrica "Empréstimos e financiamentos" classificados como não circulante em 30 de junho de 2015, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Ano de Vencimento	Controladora	Consolidado
2016	721.869	721.869
2017	1.622.169	1.622.169
2018	1.540.525	1.540.525
2019	8.266	8.266
2020	8.266	8.266
2021	8.266	8.266
2022	1.457.873	2.704.957
2023	3.345.392	3.345.392
2024	8.266	8.266
Total	8.720.892	9.967.976

14 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações	80.225	371.416	160.092	372.163
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	18.785	21.296	28.387	22.517
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	8.928	20.503	7.830	20.821
Imposto Sobre Serviços - ISS	6.060	7.297	11.701	9.255
Programa de Integração Social - PIS	7.447	8.071	9.664	8.463
Outros tributos a recolher	7.983	7.858	9.446	9.329
Total	129.428	436.441	227.120	442.548

15 Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Passivo circulante:				
Provisão para despesas diversas	23.720	67.613	140.683	67.669
Provisão para férias e encargos	30.028	21.814	46.418	31.881
Participação dos colaboradores e diretores no lucro	32.975	68.174	45.782	91.900
Outros valores a pagar	-	-	123.178	43.613
Total	86.723	157.601	356.061	235.063
Passivo não circulante:				
Outros valores a pagar	5.290	5.767	11.105	13.292
Total	92.013	163.368	367.166	248.355

Notas Explicativas

16 Provisão para riscos e depósitos judiciais

a. Provisão para riscos

A Sociedade e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações trabalhistas, cíveis e tributárias, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, como segue:

	Controladora					
	31/12/2014	**Adições (i)**	**Baixas/ reversões (ii)**	**Atualização monetária**	**Pagamentos (iii)**	**30/06/2015**
Tributárias	1.105.016	94.001	(4.394)	531	-	1.195.154
Cíveis	18.194	4.632	(917)	1.395	(3.664)	19.640
Trabalhistas	82.217	11.126	(10.789)	242	(846)	81.950
Total	1.205.427	109.759	(16.100)	2.168	(4.510)	1.296.744

	31/12/2013	**Adições (i)**	**Baixas/ reversões (ii)**	**Atualização monetária**	**Pagamentos (iii)**	**30/06/2014**
Total	1.028.903	106.651	(17.692)	1.722	(5.773)	1.113.811

	Consolidado					
	31/12/2014	**Adições (i)**	**Baixas/ reversões (ii)**	**Atualização monetária**	**Pagamentos (iii)**	**30/06/2015**
Tributárias	1.105.016	94.001	(4.394)	531	-	1.195.154
Cíveis	19.902	4.632	(917)	1.395	(3.664)	21.348
Trabalhistas	98.715	13.728	(11.932)	254	(1.593)	99.172
Total	1.223.633	112.361	(17.243)	2.180	(5.257)	1.315.674

	31/12/2013	**Adições (i)**	**Baixas/ reversões (ii)**	**Atualização monetária**	**Pagamentos (iii)**	**30/06/2014**
Total	1.064.024	115.004	(22.742)	1.738	(5.804)	1.152.220

(i) Correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014, referente a tributos com exigibilidade suspensa, registrada em contrapartida às rubricas "Impostos sobre serviços" e "Outras despesas operacionais, líquidas", e ao complemento das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuada pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

(ii) Substancialmente representadas pela reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas em virtude de prescrição, processos encerrados ou mudança na avaliação do risco de perda pelos assessores jurídicos da Sociedade e de suas controladas.

(iii) No período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, a Sociedade e suas controladas, por acordos judiciais ou decisões desfavoráveis, efetivaram a liquidação de 1.032 ações cíveis e trabalhistas, no montante total de R$ 4.510 e R$ 5.257 na Controladora e no Consolidado, respectivamente.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Sociedade que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de afiliação, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época. Em 30 de junho de 2015, a provisão para perdas prováveis em ações cíveis é de R$ 19.640 na controladora e R$ 21.348 no consolidado, e o saldo de depósito judicial é de R$ 5.246 na controladora e R$ 5.298 no consolidado.

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2015, existem ações cíveis públicas e inquéritos cíveis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por associações, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo em aproveitar uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

Processos trabalhistas

Referem-se a diversas demandas trabalhistas que, em 30 de junho de 2015, incluíam 275 ações trabalhistas contra a Sociedade e 67 contra as controladas, totalizando 342 ações. Dentre essas ações, 130 foram movidas por ex-empregados e as 212 restantes foram movidas por empregados de terceiros contratados, alguns dos quais pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício.

As ações trabalhistas, quando iniciadas, são consideradas como de probabilidade de perda possível. Somente após decisão do Tribunal, elas são reclassificadas como de probabilidade de perda provável ou remota, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações similares. Em geral, as ações trabalhistas são referentes à equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo, estabilidade decorrente de doença profissional e dano moral.

Em 30 de junho de 2015, a provisão para perdas prováveis em ações trabalhistas é de R$ 81.950 na controladora e R$ 99.172 no consolidado, e o saldo de depósito judicial é de R$ 21.884 na controladora e R$ 24.620 no consolidado.

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso de 62,1% de referidas provisões para riscos trabalhistas ocorrerá em até 5 anos, e 37,9% em até 10 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade.

Notas Explicativas

Processos tributários
Correspondem à divergência de interpretação em relação à autoridade fiscal, substancialmente quanto a:

- **Cofins - Regime não Cumulativo** - a Sociedade, em fevereiro de 2004, impetrou mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei nº 10.833/03, que introduziu a sistemática de apuração pelo método não cumulativo à alíquota de 7,6%, e passaram a efetuar o depósito judicial dos valores apurados mensalmente. Como consequência, desde então, a diferença entre o imposto devido calculado pela alíquota estabelecida pela sistemática cumulativa e pela não cumulativa vem sendo registrada como provisão para riscos. Os montantes não recolhidos desse tributo estão sendo depositados judicialmente. O processo judicial da Cielo está sobrestado no Tribunal Regional Federal da 3ª Região/SP, tendo em vista o reconhecimento da repercussão geral da matéria pelo Supremo Tribunal Federal em autos de Recurso Extraordinário, ainda pendente de julgamento. Em 30 de junho de 2015, o valor dessa provisão para riscos é de R$ 1.160.833 na controladora e no consolidado e o saldo do depósito judicial é de R$ 1.145.342 na controladora e no consolidado.

- **Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM** - Em 2007, a Sociedade sofreu auto de infração referente ao ano-calendário 2002, exercício 2003. A Receita Federal do Brasil alega a não apresentação do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC nos prazos requeridos e, assim, não reconhece a parcela do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ destinada ao FINAM. O processo administrativo está aguardando inclusão em pauta para julgamento do recurso voluntário da Sociedade pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Em 30 de junho de 2015, o valor da provisão para riscos constituída é de R$ 15.367 na controladora e no consolidado.

- **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002** - Em 2007, foi lavrado auto de infração contra a Sociedade para exigir a CSLL (cota de ajuste) relativamente ao ano-calendário 2002, acrescida da multa de ofício (75%) e dos juros de mora, bem como multa isolada (50%) sobre os valores das "estimativas" de CSLL que não teriam sido recolhidas. Após a manutenção do auto de infração na esfera administrativa, em julho de 2011, a Sociedade optou pela discussão judicial. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente e está sendo contestado em autos de ação anulatória, distribuída em agosto de 2011. Atualmente, aguarda-se a prolação de sentença nos autos da ação anulatória. Em 30 de junho de 2015, o valor da provisão para riscos constituída é de R$ 10.895 na controladora e no consolidado, e o valor do depósito judicial é de R$ 10.895 na controladora e no consolidado.

- **Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008 -** Em 2009, a controladora compensou o saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2008 para débitos fiscais devidos em 2009 mediante apresentação de Declaração de Compensação (PER/DCOMP). Ao apreciar referida declaração de compensação em 2012, a Secretaria da Receita Federal do Brasil não homologou o crédito fiscal e, por consequência, emitiu o Despacho Decisório n° 022405395. Em janeiro de 2013, a controladora ajuizou Ação Ordinária Anulatória de Débito Fiscal, na Vara Cível da Subseção Judiciária de Osasco/SP, com a finalidade de demonstrar e provar o crédito de saldo negativo do ano-calendário de 2008. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente. Em 30 de junho de 2015, o valor da provisão para riscos constituída é de R$ 7.045 e o valor do depósito judicial é de R$ 7.045, na controladora e no consolidado.

A Sociedade e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de junho de 2015 no montante de R$ 1.014 na controladora e no consolidado.

Notas Explicativas

Para fazer frente a outros processos avaliados como riscos possíveis pelos assessores jurídicos, a Sociedade e suas controladas detêm depósito judicial no montante de R$ 8.382 na controladora e R$ 11.505 no consolidado.

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das provisões para riscos tributários ocorrerá em até 5 anos, sendo certo, que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2015, a Sociedade e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	**31/12/2014**	**30/06/2015**	**31/12/2014**
Tributárias	91.895	99.341	96.320	106.537
Cíveis	70.368	88.209	70.368	88.209
Trabalhistas	68.993	60.396	85.872	76.861
Total	231.256	247.946	252.560	271.607

b. Depósitos judiciais

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014, a Sociedade e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, cujas movimentações estão assim demonstradas:

	Controladora			
	31/12/2014	**Adição**	**Baixa**	**30/06/2015**
Tributários	1.077.372	94.292	-	1.171.664
Cíveis e trabalhistas	25.665	2.351	(886)	27.130
Total	1.103.037	96.643	(886)	1.198.794

	31/12/2013	**Adição**	**Baixa**	**30/06/2014**
Total	925.305	92.588	-	1.017.893

Notas Explicativas

	Consolidado			
	31/12/2014	**Adição**	**Baixa**	**30/06/2015**
Tributários	1.080.390	94.397	-	1.174.787
Cíveis e trabalhistas	28.085	2.824	(991)	29.918
Total	1.108.475	97.221	(991)	1.204.705

	31/12/2013	**Adição**	**Baixa**	**30/06/2014**
Total	951.409	92.802	-	1.044.211

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 30 de junho de 2015 está representado por 1.886.677.126 ações ordinárias (1.572.230.938 em 31 de dezembro de 2014), todas subscritas e integralizadas.

Conforme ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2015, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade no montante de R$500.000. Para efetivação do aumento de capital social foi utilizado parcialmente o saldo proveniente da reserva de orçamento de capital.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 18, a quantidade de ações em circulação em 30 de junho de 2015 é de 1.880.483.926 (1.566.433.971 ações em 31 de dezembro de 2014).

O capital social poderá ser aumentado em até 2.400.000.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho da Administração, competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado. Exceto nos casos descritos a seguir, os acionistas terão preferência para a subscrição de aumento de capital, sendo 30 dias corridos para o exercício desse direito contados a partir da publicação da ata do Conselho de Administração que deliberar o aumento. O Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta, dentro do limite do capital autorizado. Ainda, o Conselho de Administração deverá dispor sobre as sobras não subscritas em aumento de capital, durante o prazo de exercício de preferência, determinando, antes da venda destas em bolsa de valores em benefício da Sociedade, o rateio, na proporção dos valores subscritos, entre os acionistas que tiverem manifestado, no boletim ou na lista de subscrição, interesse em subscrever as eventuais sobras.

b. Reserva de capital

Representa os custos com remuneração baseada em ações e os ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

Notas Explicativas

O saldo da reserva de capital em 30 de junho de 2015 é de R$ 73.239 (R$ 75.854 em 31 de dezembro de 2014).

c. Ações em tesouraria

Em 28 de janeiro de 2015, o Conselho de Administração da Sociedade, em consonância com as disposições do artigo 19 do seu Estatuto Social, do artigo 30 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 10/80, conforme alteração, e da Instrução CVM nº 358/02 e de suas alterações posteriores, aprovou a aquisição de até 2.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, para cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria e, em especial, para atender ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade, sem redução de capital social, dentro do prazo de 365 dias contados da divulgação do fato relevante de sua abertura. Adicionalmente, essas aquisições de ações de emissão pela própria Sociedade estão limitadas ao saldo disponível na rubrica "Reserva de Capital" apurada durante o exercício social, observados os artigos 1º e 12 da Instrução nº 10/80.

Cabe à Administração da Sociedade definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Controladora e Consolidado		
	Ações	**Valor**	**Custo médio - R$ por ação**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(5.796.967)	(194.478)	33,55
Venda em janeiro de 2015	185.833	6.234	33,55
Venda em fevereiro de 2015	46.278	1.553	33,55
Venda em março de 2015	98.170	3.294	33,55
Venda em abril de 2015	33.025	1.108	33,55
Saldo em ações em tesouraria antes da bonificação	(5.433.661)	(182.289)	33,55
Aumento das ações em tesouraria em decorrência da bonificação (*)	(1.086.731)	-	
Venda em abril de 2015	157.864	4.413	27,96
Venda em maio de 2015	51.019	1.426	27,96
Venda em junho de 2015	118.309	3.308	27,96
Saldo final em 30 de junho de 2015	(6.193.200)	(173.142)	27,96

(*) **Bonificação**: foram emitidas novas ações ordinárias, atribuindo-se aos acionistas, gratuitamente, a título de bonificação uma nova ação ordinária para cada lote de cinco ações ordinárias de que fossem titulares, gerando o efeito total de 1.086.731 novas ações.

As ações adquiridas serão mantidas em tesouraria para posterior alienação, cancelamento ou utilização no exercício das opções de compra de ações outorgadas aos administradores e colaboradores da Sociedade.

d. Resultados abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira dos investimentos no exterior e dos ganhos ou das perdas em instrumentos de "hedge" de investimentos no exterior,

Notas Explicativas

líquidos dos efeitos fiscais. Os saldos abaixo apresentam os ajustes acumulados nas datas dos balanços, como seguem:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2015	**31/12/2014**
Variação cambial sobre investimento no exterior	337.889	197.895
Resultado com instrumentos de "hedge" ("Bonds") sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	(323.528)	(181.281)
Resultado com instrumentos de "hedge" ("NDF") sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	(10.645)	(10.645)
Total	3.716	5.969

e. Reserva de lucros - legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 30 de junho de 2015 é de R$ 450.057 (R$ 360.992 em 31 de dezembro de 2014).

f. Reserva de lucros - orçamento de capital

Em reunião realizada em 28 de janeiro de 2015 pelo Conselho da Administração, foram apresentadas as demonstrações financeiras e a proposta de orçamento de capital relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, tendo sido aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 10 de abril de 2015, a constituição do orçamento de capital composto pelo equivalente a 40,1% do total do resultado auferido no exercício social de 2014, já deduzido da reserva legal e do saldo retido em orçamento de capital referente ao exercício de 2013.

Conforme ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2015, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade no montante de R$500.000 a partir do saldo proveniente da reserva de orçamento de capital. A proposta de orçamento de capital está justificada pela necessidade de aplicação em capital de giro, que visa substancialmente fomentar a operação de recebíveis ("ARV"), além de prover recursos para eventual recompra de ações destinada a fazer frente ao programa de outorga de opções de ações.

O saldo da reserva de orçamento de capital em 30 de junho de 2015 é de R$1.276.914 (R$1.776.914 em 31 de dezembro de 2014).

g. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas era assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 50% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2015, foi deliberada e aprovada proposta para redução do dividendo mínimo obrigatório anual para 30% sobre os lucro líquido auferido, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral. A Sociedade registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto

Notas Explicativas

Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, com base neles, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos à conta de lucro. Poderá ainda o Conselho de Administração declarar dividendos intercalares à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos Acionistas.

Em 28 de janeiro de 2015, o Conselho de Administração aprovou, "*ad referendum*" da Assembleia Geral Ordinária realizada em 10 de abril de 2015, a proposta de pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, nos montantes de R$702.880 (representado pela soma dos montantes R$419.021, registrado como dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2014, e R$283.859, valor excedente ao mínimo obrigatório registrado no patrimônio líquido como "Dividendos adicionais aos propostos" em 31 de dezembro de 2014) e R$66.800 (R$56.780, líquido de IRRF), respectivamente. Os proventos foram pagos em 31 de março de 2015.

Em 30 de junho de 2015, os dividendos mínimos obrigatórios e os juros sobre o capital próprio, referentes ao 1° semestre de 2015, foram provisionados nos montantes R$410.685 e R$114.100 (R$96.985, líquido do IRRF), respectivamente, na rubrica "Dividendos a pagar" nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, cuja aprovação para pagamento em 30 de setembro de 2015 foi realizada pelo Conselho de Administração da Sociedade em Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 29 de julho de 2015.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme demonstrado a seguir:

Lucro líquido do semestre	1.781.297
Reserva de lucros - reserva legal	(89.065)
Base de cálculo dos dividendos mínimos	1.692.232
Dividendos provisionados	410.685
Juros sobre o capital próprio provisionados	114.100
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(17.115)
Dividendos mínimos obrigatórios - 30%	507.670

18 Lucro líquido por ação

Movimentação do número de ações ordinárias

Ações emitidas	**Ordinárias**
Ações em 31 de dezembro de 2014	1.566.433.971
Exercício de opção de compra de ações:	
Janeiro de 2015	185.833
Fevereiro de 2015	46.278
Março de 2015	98.170
Abril de 2015	33.025
Efeito de bonificação de ações	313.359.457
Abril de 2015	157.864
Maio de 2015	51.019
Junho de 2015	118.309
Total	1.880.483.926

Notas Explicativas

Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social em R$500.000 mediante capitalização de reservas de orçamento de capital, atribuindo-se aos acionistas, gratuitamente, a título de bonificação, uma nova ação ordinária para cada cinco ações ordinárias de que forem titulares na posição final do dia 10 de abril de 2015. Esses eventos foram considerados retrospectivamente no cálculo do lucro básico e diluído, como se tivessem ocorrido no início do exercício mais antigo apresentado, como segue:

Lucro por ação básico

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2015	**30/06/2014**
Lucro líquido do semestre disponível para as ações ordinárias	1.781.297	1.599.468
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	1.880.825	1.882.537
Lucro por ação (em R$) - Básico	0,94708	0,84963

Lucro por ação diluído

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2015	**30/06/2014**
Lucro líquido do semestre disponível para as ações ordinárias	1.781.297	1.599.468
Denominador diluído:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	1.880.825	1.882.537
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	6.076	6.110
Total (em milhares)	1.886.901	1.888.647
Lucro por ação (em R$) - diluído	0,94403	0,84689

19 Plano de opção de compra de ações e de ações restritas

Em 1º de junho de 2009, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o plano de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Sociedade, com vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Em abril de 2011, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou alterações no Plano, com a introdução da possibilidade de os elegíveis optarem por plano de opção de compra de ações, plano de ações restritas ou combinação de ambos os planos; o exercício das opções e/ou ações restritas poderá ser realizado 50% após dois anos e 50% após três anos. Os beneficiários da outorga de opções de compra de ações realizada em 2010, nos termos do Plano e do Contrato de Outorga de Opção de Compra, puderam exercer a primeira parcela, equivalente a 1/3 do total das opções de compra a eles outorgadas, após um ano da data de outorga.

Notas Explicativas

No limite do capital autorizado mencionado na nota explicativa 17.a), a Sociedade pode outorgar ações ou opção de ação de compra ou subscrição de ações a seus administradores, empregados e a pessoa naturais que prestem serviços à Sociedade, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Sociedade. Poderão ser outorgadas opções de compra de ações ou ações restritas, de forma que a diluição do capital social não exceda, a qualquer tempo durante a vigência do plano, 0,3% ao ano. Os beneficiários do plano serão definidos anualmente ou em periodicidade julgada conveniente pelo Conselho de Administração.

Em reuniões do Conselho de Administração de 6 de julho de 2010, 22 de julho de 2011, 23 de julho de 2012, 19 de julho de 2013, 25 de junho de 2014 e 24 de junho de 2015, foram aprovadas a terceira, quarta, quinta, sexta, sétima e oitava outorgas de opções de compra de ações ordinárias e/ou ações restritas, respectivamente, conforme demonstrado no quadro a seguir, não havendo a opção de liquidação das opções em caixa. A oitava outorga foi realizada em 06 de julho de 2015, totalizando 557.775 ações restritas.
Na reunião do Conselho de Administração de 29 de fevereiro de 2012 foi aprovado plano de retenção anual para os executivos e talentos da Sociedade na forma de programa de "Restricted Shares", denominado como Sócio Cielo. Esse programa tem como objetivos minimizar o risco de perda dos executivos da Sociedade e ainda fortalecer o comprometimento destes com os resultados de longo prazo. Cada programa de retenção de executivos tem a duração de dois anos e as ações outorgadas serão doadas aos executivos que permanecerem na Sociedade no término do período do programa.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de janeiro de 2014 a Sociedade ressaltou a necessidade de fortalecer a capacidade da Cielo para formar e reter o melhor time de executivos do segmento, e foi deliberado o plano Sócio Cielo 2014 - "Restricted shares", outorgado em março do mesmo ano. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de fevereiro de 2015, foi deliberada a aprovação do plano Sócio Cielo 2015 – "Restricted Shares", outorgado em março de 2015.

	Quantidade de ações								Preço de exercício (R$ por ação)	Valor justo das opções (R$ por ação)
Data de outorga	**Outorgadas**	**Canceladas**	**Exercidas**	**Bonificação 2012**	**Bonificação 2013**	**Bonificação 2014**	**Bonificação 2015**	**Saldo**		
Julho de 2010	1.073.680	(287.198)	(1.068.094)	163.314	71.403	50.948	2.375	6.428	11,57	3,78
Julho de 2011	1.315.854	(276.942)	(2.216.450)	262.413	273.433	836.145	54.395	248.848	9,05	3,61
Julho de 2012	987.487	(166.861)	(858.131)	-	189.146	1.040.526	254.730	1.446.897	15,44	6,35
Julho de 2013	1.049.141	(195.100)	(47.308)	-	-	990.085	370.317	2.167.135	18,03	8,40
Julho de 2014	1.561.552	(63.299)	(25.620)	-	-	-	303.607	1.776.240	27,18	12,53
Março de 2014	105.000	(356)	-	-	-	105.000	41.930	251.574	-	24,34
Março de 2015	178.492	-	-	-	-	-	-	178.492	-	28,18
Total	**6.271.206**	**(989.756)**	**(4.215.603)**	**425.727**	**533.982**	**3.022.704**	**1.027.354**	**6.075.614**		

Notas Explicativas

Para determinar o valor justo das opções, a partir de 2011, optou-se pelo modelo de precificação binomial. Nos anos anteriores foi utilizada a metodologia Black & Scholes, baseada nas seguintes premissas econômicas:

	Outorga em				
	Julho 2010	**Julho 2011**	**Julho 2012**	**Julho 2013**	**Julho 2014**
"Dividend yield"	5,73%	8,87%	5,36%	3,71%	3,31%
Volatilidade do preço da ação	37,51%	38,27%	31,65%	30,06%	23,15%
Período esperado para o exercício	5 anos	6 anos	6 anos	6 anos	6 anos

O valor justo está sendo apropriado ao resultado do período e a contrapartida na reserva de capital de forma linear pelos prazos de até 24 (para o plano Sócio Cielo) e 36 meses (para os planos de opções de ações e ações restritas).

No semestre findo em 30 de junho de 2015, foi reconhecida provisão de R$11.530 líquido dos encargos (R$ 10.496 em 30 de junho de 2014), tendo como contrapartida a rubrica "Despesas com pessoal".

Desses montantes correspondem a parcela de diretores estatutários o montante de R$ 4.883 líquido dos encargos (R$ 4.297 em 30 de junho de 2014).

Foram exercidas 690.498 ações no valor de R$ 14.145 no semestre findo em 30 de junho de 2015 (233.361 ações no valor de R$11.029 no semestre findo em 30 de junho de 2014), sendo o saldo total de opção de ações outorgadas registrado na rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido, em 30 de junho de 2015, o montante de R$2.615 (R$ 533 em 30 de junho de 2014).

20 Receita líquida

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses	
	30/06/2015	**30/06/2014**	**30/06/2015**	**30/06/2014**	**30/06/2015**	**30/06/2014**	**30/06/2015**	**30/06/2014**
Receita operacional bruta	1.909.308	1.708.845	3.802.578	3.401.098	3.078.642	2.021.125	5.665.173	4.016.463
Impostos sobre serviços	(192.502)	(168.572)	(383.387)	(336.203)	(282.861)	(180.398)	(517.628)	(358.047)
Total	1.716.806	1.540.273	3.419.191	3.064.895	2.795.781	1.840.727	5.147.545	3.658.416

A receita operacional bruta é composta pelas comissões cobradas de estabelecimentos comerciais, pelo aluguel de equipamentos de captura de transações, pela prestação de serviços de utilização de rede, bem como por outros serviços relacionados aos meios de pagamento eletrônicos.

Notas Explicativas

21 Despesas por natureza

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função.

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Despesas com pessoal	100.016	81.676	201.842	163.384	167.590	126.034	324.941	246.655
Depreciações e amortizações	102.610	83.507	199.007	165.323	225.964	103.776	382.412	206.467
Serviços profissionais	87.687	98.782	170.288	160.849	87.832	89.821	174.930	149.571
Gastos com adquirência (a)	408.171	376.396	807.116	725.567	975.589	551.689	1.706.977	1.069.475
Vendas e marketing (b)	67.512	55.897	121.638	119.227	70.345	58.093	125.387	125.478
Custo com créditos de celulares em controlada (c)	-	-	-	-	104.234	38.977	191.654	70.334
Outras	25.904	8.391	60.069	12.587	38.068	23.380	88.673	45.493
Total	**791.900**	**704.649**	**1.559.960**	**1.346.937**	**1.669.622**	**991.770**	**2.994.974**	**1.913.473**
Classificadas como:								
Custo dos serviços prestados	512.088	462.302	1.018.478	894.246	1.302.763	703.776	2.296.133	1.363.508
Despesas com pessoal	61.579	51.234	124.278	104.700	115.563	87.646	222.052	171.326
Despesas gerais e administrativas	95.886	88.698	186.583	149.599	121.320	91.161	236.184	164.177
Vendas e marketing	67.512	55.898	121.638	119.227	70.346	58.094	125.387	125.478
Outras despesas operacionais, líquidas	54.835	46.517	108.983	79.165	59.630	51.093	115.218	88.984
Total	**791.900**	**704.649**	**1.559.960**	**1.346.937**	**1.669.622**	**991.770**	**2.994.974**	**1.913.473**

(a) Os gastos com adquirência são substancialmente representados por despesa de logística e manutenção de equipamentos de captura de transações, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes, serviços de telecomunicações, de captura e de processamento de transações.

(b) As despesas de marketing e vendas incluem campanhas de desenvolvimento da marca, propaganda e publicidade, endomarketing e incentivos de vendas a parceiros e bancos emissores.

(c) Corresponde ao custo do produto vendido referente a crédito de minutos para celulares vendidos pela controlada direta Multidisplay.

Notas Explicativas

22 Outras despesas operacionais, líquidas

Estão representadas por:

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Estão representadas por:								
Perdas com créditos incobráveis e "chargebacks"	(41.902)	(29.577)	(82.974)	(57.376)	(49.988)	(29.577)	(91.059)	(57.376)
Provisão para risco, líquida	(152)	(7.018)	(426)	(8.430)	3.133	(10.621)	2.425	(11.716)
Baixas efetivas com imobilizado e provisão para perda com equipamentos	(13.167)	(10.624)	(18.867)	(14.807)	(13.167)	(10.624)	(18.966)	(14.807)
Provisão projetos estratégicos (*)	(392)	-	(7.839)	-	(392)	-	(7.839)	-
Outras	778	702	1.123	1.448	784	(271)	221	(5.085)
Total	(54.835)	(46.517)	(108.983)	(79.165)	(59.630)	(51.093)	(115.218)	(88.984)

(*) Gastos com bancos de investimento e advogados relacionados ao projeto estratégico de criação da Cateno, em associação com a BB ELO Cartões, uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A..

23 Compromissos

A Sociedade tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito das bandeiras. Para viabilizar tais atividades, a Sociedade celebrou os seguintes contratos:

a. Contratos de aluguel

Em 30 de junho de 2015, com base nos contratos vigentes, os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel são os seguintes:

	Consolidado
Até 1 ano	19.029
De 1 ano a 5 anos	51.786
Acima de 5 anos	-
Total	70.815

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

Notas Explicativas

b. Fornecedores de telecomunicações, tecnologia (processamento de transações), logística, central de atendimento e "back office"

Em 30 de junho de 2015, com base nos contratos vigentes, os compromissos mínimos assumidos de fornecedores de tecnologia, telecomunicações, logística, central de atendimento e "back office" são os seguintes:

	Consolidado
Até 1 ano	190.147
De 1 ano a 5 anos	688.627
Acima de 5 anos	-
Total	878.774

Em complemento aos compromissos mínimos assumidos demonstrados acima e com base nos contratos vigentes, a Sociedade estima pagamentos futuros para os fornecedores de tecnologia, telecomunicações, logística, central de atendimento e "back office" o montante de R$ 304.364, R$ 646.113 e R$ 684.639 nos anos de 2015, 2016 e 2017, respectivamente.

Os contratos de captura e processamento de transações preveem multas rescisórias no valor total de R$ 141. Os contratos de "call center" contém multas rescisórias no montante de R$ 14.211. Os contratos de telecomunicações não preveem multa rescisória e os contratos de "back office" preveem multas rescisórias de R$ 324.

24 Benefícios a empregados

Previdência Complementar

A Sociedade e a controlada Servinet contribuem mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, em despesas de contribuições no montante de R$5.544 (R$ 4.141 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2014), contabilizadas nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas com pessoal".

Adicionalmente, no período de três meses findo em 30 de junho de 2015, a Sociedade incorreu em despesas de contribuições no montante de R$2.775 (R$ 2.194 no período de três meses findo em 30 de junho de 2014), contabilizadas nas rubricas " Custo dos serviços prestados" e "Despesas com pessoal".

Outros benefícios

Além do benefício de previdência complementar, a Sociedade e suas controladas oferecem aos seus funcionários outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, totalizou R$ 23.463 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 (R$ 15.931 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2014).

Notas Explicativas

Adicionalmente, no período de três meses findo em 30 de junho de 2015, a Sociedade e suas controladas incorreram em despesas de R$13.439 (R$9.390 no período de três meses findo em 30 de junho de 2014).

A Sociedade possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo alavancar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos chave, por meio de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento, com foco para resultados do negócio. Além disso, na Sociedade, há ações de desenvolvimento voltadas para todos os seus colaboradores como, por exemplo, desenvolvimento de liderança, e-learnings, treinamentos contratuais, treinamentos sob demanda, educação continuada e idiomas. Os custos relacionados as ações descritas são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

25 Participação de colaboradores e administradores no lucro

A Sociedade e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e de 2014 foram registrados na rubrica "Despesas com pessoal" na demonstração do resultado e estão apresentados como segue:

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Colaboradores	13.428	11.164	26.294	23.439	18.597	15.371	35.788	31.733
Diretores estatutários	3.537	2.776	6.683	6.267	3.780	2.902	7.168	6.582
Total	16.965	13.940	32.977	29.706	22.377	18.273	42.956	38.315

26 Remuneração de administradores e executivos

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. As despesas registradas no resultado dos períodos de três e seis meses são como seguem:

	Período de três meses			Período de seis meses		
	30/06/2015			30/06/2015		
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total
Diretores estatutários	1.586	2.764	4.350	3.450	5.468	8.918
Conselhos de administração	487	-	487	897	-	897
Total	2.073	2.764	4.837	4.347	5.468	9.815

Notas Explicativas

	Período de três meses			Período de seis meses		
	30/06/2014			30/06/2014		
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total
Diretores estatutários	1.453	3.001	4.454	3.148	5.913	9.061
Conselhos de administração	398	-	398	765	-	765
Total	1.851	3.001	4.852	3.913	5.913	9.826

(*) Não contempla o plano de opções de compra de ações (conforme nota explicativa nº 19).

A remuneração global anual dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) em 2015, fixada na Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2015, foi de R$ 45.542, acrescidos dos correspondentes tributos e contribuições incidentes, na forma da legislação aplicável.

Para o Conselho Fiscal, a remuneração anual aprovada para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 foi de R$547 e R$460, respectivamente.

27 Resultado financeiro

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Receitas financeiras:								
Rendimentos de aplicações financeiras	2.641	2.907	53.365	5.831	23.165	3.474	75.628	7.091
Outras receitas financeiras	639	115	1.248	124	715	134	1.343	148
Total	3.280	3.022	54.613	5.955	23.880	3.608	76.971	7.239
Despesas financeiras:								
Juros de mora e multas	(24)	(12)	(116)	(58)	(53)	(15)	(171)	(83)
Multas e juros de riscos	(363)	(784)	(1.482)	(1.685)	(369)	(792)	(1.494)	(1.701)
IRRF sobre juros no exterior	(2.735)	(1.498)	(5.002)	(3.358)	(2.735)	(1.498)	(5.002)	(3.358)
Juros e encargos sobre empréstimos	(283.902)	(14.393)	(452.462)	(29.770)	(291.825)	(23.051)	(471.547)	(47.634)
Outras despesas financeiras	(5.678)	(3.948)	(9.779)	(7.321)	(6.518)	(4.125)	(11.536)	(7.807)
Total	(292.702)	(20.635)	(468.841)	(42.192)	(301.500)	(29.481)	(489.750)	(60.583)
Resultado com antecipação de recebíveis:								
Receita com antecipação de recebíveis (a)	561.697	422.987	1.085.811	819.525	561.697	422.987	1.085.811	819.525
Custo de Captação com terceiros (b)	(68.077)	(71.371)	(129.277)	(138.717)	(68.077)	(71.371)	(129.277)	(138.717)
Total	493.620	351.616	956.534	680.808	493.620	351.616	956.534	680.808
Variação cambial, líquida (c)	1.344	(75)	3.568	(95)	1.354	(84)	3.594	(96)
Total	205.542	333.928	545.874	644.476	217.354	325.659	547.349	627.368

(a) A receita com antecipação de recebíveis nos períodos de três e seis findos em 30 de junho de 2015 e de 2014 é composta pela receita oriunda do volume antecipado das transações de crédito a vista e parcelado, apropriada conforme a fluência do prazo das operações.

(b) Encargos financeiros decorrentes de captação de capital com terceiros para o fomento das operações de antecipações de recebíveis. Nos períodos de três meses findos em 30 de junho de 2015 e de três e seis meses findos em 30 de junho de 2014, a captação de capital de terceiros foi efetuada com as operações de antecipações de fluxo de recebíveis com emissores (vide nota explicativa n° 11). A captação no período de seis meses findos em 30 de junho de 2015 foi mediante os recursos parciais das Notas Promissórias, emitidas em 29 de dezembro de 2014 e integralmente resgatadas em 13 de

Notas Explicativas

abril de 2015 (vide nota explicativa n° 13), e das operações de antecipação de fluxo de recebíveis com emissores (vide nota explicativa n° 11). Os custos de captação de capital com terceiros foram agrupados na rubrica "Resultado com Antecipação de Recebíveis" para melhor apresentação do impacto líquido das operações de antecipações de recebíveis nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

(c) Decorre basicamente dos valores recebidos em dólares norte-americanos da Visa International Service Association e da Mastercard Worldwide referentes a transações com cartões estrangeiros, de crédito e débito, e de ganhos e perdas em contas originalmente registradas em moeda estrangeira, representadas por:

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Variação cambial, líquida:								
Receitas	1.344	285	3.568	910	1.362	281	3.607	916
Despesas	-	(360)	-	(1.005)	(8)	(365)	(13)	(1.012)
Total	1.344	(75)	3.568	(95)	1.354	(84)	3.594	(96)

28 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

a. Gestão de risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.
A estrutura de capital do Grupo é formada pelo patrimônio líquido e pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos detalhados na nota explicativa nº 13, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa).

O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.

O índice de endividamento no fim do período de relatório é o seguinte:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	**31/12/2014**	**30/06/2015**	**31/12/2014**
Dívida (i)	(10.763.955)	(6.268.518)	(12.011.726)	(7.339.742)
Caixa e equivalentes de caixa	89.289	3.758.037	1.208.278	3.998.721
Dívida líquida	(10.674.666)	(2.510.481)	(10.803.448)	(3.341.021)
Patrimônio líquido (ii)	5.298.231	4.309.110	8.956.634	4.324.400
Índice de endividamento líquido	201,48%	58,26%	120,62%	77,26%

(i) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado na nota explicativa nº 13.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

b. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Grupo são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber operacionais e de controladas e controladas em conjunto, depósitos judiciais, contas a pagar a estabelecimentos, a controladas, controladas em conjunto, e por aquisição de controlada, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Em 30 de junho de 2015, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

		30/06/2015			
		Controladora		Consolidado	
	Categoria	**Valor contábil**	**Valor de mercado**	**Valor contábil**	**Valor de mercado**
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	89.289	89.289	1.208.278	1.208.278
Contas a receber operacionais	Empréstimos e recebíveis	8.900.730	8.900.730	9.834.116	9.834.116
Contas a receber de controladas e controladas em conjunto	Empréstimos e recebíveis	2.340	2.340	76	-
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	1.198.794	1.198.794	1.204.705	1.204.705
Outros valores a receber (Swap)	Valor justo por meio do resultado	1.111	1.111	1.111	1.111
Fornecedores	Outros passivos financeiros	549.515	549.515	650.136	650.136
Contas a pagar a estabelecimentos	Outros passivos financeiros	668.205	668.205	1.446.976	1.446.976
Contas a pagar a controladas e controladas em conjunto	Outros passivos financeiros	15.973	15.973	-	-
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	10.763.955	10.763.955	12.011.726	12.011.726

O valor de mercado dos ativos e passivos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando-se taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes, com condições e vencimentos similares.

c. Risco de crédito

Na operação de adquirência da Cielo, seu risco primário se resume à possibilidade de inadimplência dos emissores de cartão, os quais têm a obrigação de repassar à Cielo os valores cobrados relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos, para que a Cielo possa, então, repassar tais valores aos seus estabelecimentos afiliados. Tal risco primário é substancialmente mitigado pelo próprio modelo jurídico- financeiro de repasse de valores adotado pela Cielo, vez que os valores já pagos pelos portadores a um emissor que porventura se torne inadimplente serão sempre tratados como recursos de terceiros e, como tal,

Notas Explicativas

devem ser repassados à Cielo e dessa para o estabelecimento comercial, credor final da operação.

O modelo de repasse de valores pela Cielo mitiga substancialmente o risco de inadimplência dos emissores de cartão, restando ainda à Cielo um risco residual relativo à possível inadimplência dos portadores de cartão junto ao emissor em situação de default. Tal risco residual pode ou não existir para a Cielo, dependendo do modelo de risco/garantia adotado pela Bandeira do cartão na sua operação junto aos emissores de cartão e aos adquirentes.

No caso da Bandeira Visa, o modelo de risco/garantia adotado por ela não contempla a assunção do risco de inadimplência dos emissores de cartão em caso de default. Na hipótese de inadimplência de um emissor, a Cielo será a responsável por reaver junto a este emissor (ou o respectivo interventor) os montantes já porventura pagos pelos portadores, bem como por assegurar o repasse aos estabelecimentos comerciais das transações pendentes, conforme explicado acima. Assim, com a inadimplência de um emissor Visa, restará à Cielo o risco residual de inadimplência dos portadores de cartão daquele emissor.

Para a mitigação deste risco residual, a Cielo criou um Comitê permanente denominado "Comitê de Risco Emissor", cujos integrantes são profissionais da área de crédito dos Bancos Acionistas da Cielo (Banco do Brasil e Bradesco), além de profissionais da própria Cielo.

O Comitê tem como função básica analisar o nível de risco de cada um dos emissores de cartão da Bandeira Visa capturados pela Cielo e assim classificá-los em dois grupos: 1- emissores de cartão com baixo nível de risco e dispensados da apresentação de garantias e, 2- emissores de cartão com maior nível de risco e obrigados a apresentação de garantias.

Coube ao Comitê, quando de sua criação, a definição da metodologia para a apuração dos valores de garantias a serem apresentados pelos emissores de cartão à Cielo. Tal metodologia se baseia no volume financeiro de emissão de cartões de crédito à vista e parcelado, cartão de débito e cartão pré-pago que estejam pendentes de liquidação entre o emissor do cartão e a Cielo em uma determinada data base. A definição do valor das garantias que são solicitadas aos emissores de cartão considera para o cálculo a média mensal do semestre que tiver o maior volume financeiro de emissão dos últimos doze meses. Sobre tais volumes pendentes de liquidação são definidos percentuais de garantias que vão de 15% a 100% do volume pendente de liquidação.

Os membros do Comitê de Risco Emissor se reúnem trimestralmente em reuniões ordinárias, podendo ser convocados a qualquer momento em reuniões extraordinárias a pedido da Cielo ou a pedido de qualquer um de seus membros.

A Cielo não tem risco de crédito com os emissores da Bandeira Mastercard, pois o modelo de risco/garantias adotado por essa Bandeira cobre totalmente qualquer eventual inadimplência dos emissores junto à Cielo. A Bandeira Mastercard se torna substituta dos emissores em caso de inadimplência dos mesmos, tornando-se contraparte da obrigação para com a Cielo e, por consequência, com o estabelecimento comercial. Neste modelo adotado pela Bandeira também está inclusa a cobertura da eventual inadimplência dos portadores de cartão no caso do emissor do cartão se tornar inadimplente de forma permanente (situação de default).

Cabe ressaltar que mesmo com este modelo de cobertura de risco disponibilizado pela Bandeira, em uma eventual situação de default de algum emissor de cartão, a Cielo sempre se valerá

Notas Explicativas

primeiramente do seu modelo jurídico-financeiro de repasse de valores para a pronta recuperação dos valores recebidos ou que vierem a ser recebidos dos portadores de cartão pelo emissor de cartão.

d. Risco de fraude

A Sociedade utiliza um sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito, que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

e. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Política de uso de derivativos

Conforme política interna, o resultado financeiro da Sociedade deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio, e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteção de eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo deve ter como contraparte um ativo ou passivo a descoberto.

O critério adotado para definição do valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos está atrelado ao valor da dívida e/ou dos ativos denominados em moeda estrangeira.

f. "Hedge" de investimentos líquidos em operações no exterior ("*net investment hedge*")

A Sociedade, após a captação dos recursos financeiros com a emissão dos "bonds" em novembro de 2012 e com base na Interpretação nº 16 do International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC" (interpretação técnica ICPC 06 – "Hedge" de Investimento Líquido em Operação no Exterior, emitida em julho de 2008, e consubstanciada na norma IAS 39 (pronunciamento técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração), optou por designar como "hedge" para o valor do investimento na Cielo USA em US$311.981 mil a operação de "ten years bonds", detido pela Sociedade em US$470.000 mil. O valor do instrumento financeiro designado, ou seja, a operação de "ten years bonds", está acrescido do "gross-up" do imposto de renda e da contribuição social (alíquota de 34% conforme legislação fiscal vigente no Brasil) para fins de análise de efetividade do "hedge accounting".

A contabilização dos efeitos do "hedge" de investimento líquido foi feita em conformidade com o disposto no pronunciamento técnico CPC 38 e norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Para tanto, a Sociedade efetuou a designação formal das operações documentando: (i) objetivo do "hedge"; (ii) tipo de "hedge"; (iii) natureza do risco a ser coberto; (iv) identificação do objeto de cobertura ("hedge" item); (v) identificação do instrumento de cobertura ("hedging instrument"); (vi) demonstração da correlação do "hedge" e o objeto de cobertura (teste de efetividade retrospectivo); e (vii) a demonstração prospectiva da efetividade.

A aplicação dos testes de efetividade descritos nas práticas contábeis demonstrou a efetividade do instrumento financeiro; dessa forma, no semestre findo em 30 de junho de 2015, não houve ineficiência reconhecida no resultado decorrente dos "hedges" de investimento líquido na Cielo USA; consequentemente, os ganhos ou as perdas dessas operações foram integralmente

Notas Explicativas

registrados no patrimônio líquido da Sociedade.

g. Hedge de valor justo ("*fair value hedge*")

A Sociedade, na ocasião da contratação de Instrumento Financeiro na modalidade de *swap*, em junho de 2015, com base no Pronuncimanento Técnico CPC 38 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) correlato ao International Accounting Standard 39 (Financial Instruments: Recognition and Measurement), designou-o como instrumento de "hedge" para a operação de empréstimo tomado junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd no montante de US$204.625, equivalente a R$ 630.000 pelo prazo de 18 meses.

Em 30 de Junho de 2015, a posição individual e consolidada do contrato de swap é a seguinte:

						30.06.2015	31.12.2014
			Valorização			Valor justo (mercado)	Valor justo (mercado)
	Vencimento da operação	Nocional R$	Ponta Ativa	Ponta Passiva	Ajuste MTM	Valor a receber/ (pagar)	Valor a receber/ (pagar)
Swap taxa flutuante em US$ (114,2857% Libor + 0,8343% a.a.) vs. Taxa flutuante em R$ (99,4% do DI)	19/12/2016	630.000	634.856	(631.592)	(2.153)	1.111	-
Circulante						-	-
Não circulante						1.111	-

Os termos contratuais do contrato de empréstimo, conforme nota explicativa 13.g), e do *swap* foram celebrados de tal forma que a comparação entre ponta ativa (contas a receber da Sociedade) do *swap* e o saldo de empréstimo (contas a pagar da Sociedade), ambos ajustados pelo justo, não apresente perdas ou ganhos decorrentes da variação cambial e taxa de juros contratada no objeto de hedge. Assim, a Sociedade permanece exposta somente à ponta passiva do *swap*, que possui valor nocional em reais no montante de R$ 630.000 remunerados à 99,4% da taxa média diária de juros dos DI – Depósitos Interbancários.

Para documentar a estratégia de designação adotada, a Sociedade utilizou o método da correspondência de fatores críticos do Hedge (*Critical Terms Match Method*) para documentar a relação de efetividade entre o objeto e o instrumento de hedge. Para tanto, a Sociedade efetuou a designação formal das operações documentando: (i) objetivo do "hedge"; (ii) tipo de "hedge"; (iii) natureza do risco a ser coberto; (iv) identificação do objeto de cobertura ("hedge" item); (v) identificação do instrumento de cobertura ("hedging instrument"); (vi) demonstração da correlação do "hedge" e o objeto de cobertura (teste de efetividade retrospectivo); e (vii) a demonstração prospectiva da efetividade. Dessa forma, os ganhos e perdas do instrumento e do objeto de hedge são reconhecidos pelo valor justo no resultado no período em que ocorrem.

A efetividade do instrumento derivativo pode ser demonstrada por meio do confronto das variações entre de valor justo da ponta ativa do instrumento e do objeto de hedge. Em 30 de junho de 2015, a relação de Hedge estabelecida pela Sociedade encontrava-se efetiva, de acordo com testes prospectivos realizados.

h. Risco de taxa de câmbio

O Grupo faz algumas transações em moeda estrangeira, substancialmente representada por transações realizadas por estrangeiros portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no Brasil. Adicionalmente, em 31 de agosto de 2012, a Sociedade adquiriu o

Notas Explicativas

controle da Me-S, por meio da holding Cielo USA, ambas localizadas nos Estados Unidos da América, cujas operações são realizadas na moeda funcional, o dólar norte-americano.

As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas por meio da utilização de contratos futuros de moeda.

Em 30 de junho de 2015, a exposição ao risco da taxa de câmbio, líquida dos instrumentos financeiros de proteção, em milhares de dólares norte-americanos, é como segue:

	Controladora	Consolidado
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.075	122.727
Contas a receber operacionais	-	204.086
Outros ativos	-	13.000
Investimentos em moeda estrangeira	311.981	-
Imobilizado	-	3.711
Ativos intangíveis, incluindo ágio	-	735.717
Total	313.056	1.079.241
Passivo:		
Contas a pagar a estabelecimentos comerciais	(719)	(251.781)
Outros passivos	-	(18.441)
Empréstimos e financiamentos no exterior – Principal	(470.000)	(875.000)
Empréstimos e financiamentos no exterior – Juros	(2.203)	(2.831)
Empréstimos e financiamentos no exterior – Encargos	-	3.367
Imposto de renda diferido	-	(88.710)
Efeito tributário sobre instrumento de “hedge” – “Bonds” designado como proteção do investimento líquido no exterior	159.800	159.800
Total	(313.122)	(1.073.596)
Posição comprada (vendida) de dólares norte-americanos	(66)	5.645

A Sociedade dispõe de operação de proteção contra oscilação de moedas, que consiste na pré-venda dos dólares norte-americanos, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

O Grupo está exposto principalmente ao dólar norte-americano.

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no fim de cada período de relatório para uma mudança de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui empréstimos com terceiros quando a denominação do empréstimo é realizada em moeda diferente da moeda do credor ou do devedor. Em 30 de junho de 2015, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio, haveria aumento ou redução no resultado e no patrimônio líquido, conforme segue:

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado		
	10%	**25%**	**50%**
Resultado (i)	573	1.432	2.864
Patrimônio líquido (i)	20	51	102

(i) Refere-se principalmente à exposição dos saldos recebíveis e a pagar em dólares norte-americanos no fim de cada período de relatório.

i. Risco de taxa de juros em aplicações financeiras

Os resultados da Sociedade estão suscetíveis a variações significativas decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

De acordo com suas políticas financeiras, a Sociedade vem aplicando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

j. Risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

k. Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Sociedade são afetados pelas variações na taxa DI (fonte: Cetip) e os empréstimos pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP (fonte: Banco Central do Brasil – Bacen). Em 30 de junho de 2015, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução das receitas ou despesas, conforme segue:

	Controladora			Consolidado		
	10%	**25%**	**50%**	**10%**	**25%**	**50%**
Aplicações financeiras	5.337	13.341	26.683	7.563	18.907	37.814
Empréstimos e financiamentos	48.770	121.925	243.850	50.679	126.696	253.393

29 Transações e saldos com partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade, suas controladas e coligada operações com partes relacionadas, tais como contas a receber (relacionadas às operações de antecipações de recebíveis) dos bancos emissores, que são conglomerados financeiros dos quais os acionistas controladores, Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A., detêm participação acionária, bem como despesas e receitas com serviços prestados pela Servinet, Orizon, Multidisplay, M4Produtos, Cateno, Braspag, Paggo Soluções e Aliança.

A Sociedade e suas controladas, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realizam cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições

Notas Explicativas

técnicas e de preços. Ainda, a natureza das atividades da Sociedade faz com que ela celebre contratos com diversos emissores, sendo alguns desses emissores seus acionistas diretos ou indiretos. A Sociedade e suas controladas acreditam que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado ("arm's-length basis").

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, discriminados por modalidade de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Sociedade, suas controladas e coligada participam, bem como as movimentações relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014:

	Controladora e Consolidado										
	30/06/2015										31/12/2014
	Acionistas		Controladas e "Joint Ventures"								
	Banco Bradesco	Banco do Brasil	Servinet	Orizon	Multidisplay	M4 Produtos	Paggo	Braspag	Cateno	Total	Total
Ativos (Passivos):											
Caixa e Equivalentes de Caixa (a)	17.530	767.225	-	-	-	-	-	-	-	784.755	3.708.938
Contas a receber operacionais	2.727	1.918	-	-	-	-	-	-	-	4.645	4.727
Empréstimos e Financiamentos (g)	-	(3.486.285)	-	-	-	-	-	-	-	(3.486.285)	-
Contas a receber de controladas e controladas em conjunto	-	-	-	67	2.160	-	9	30	74	2.340	115
Contas a pagar a controladas e controladas em conjunto	-	-	(14.648)	-	-	(227)	-	(1.098)	-	(15.973)	(12.210)

	Controladora e Consolidado								
	Período de três meses findo em 30/06/2015								Período de três meses findo em 30/06/2014
	Acionistas		Controladas e "Joint Ventures"						
	Banco Bradesco	Banco do Brasil	Servinet	Orizon	Multidisplay	M4 Produtos	Braspag	Total	Total
Receitas:									
Receitas de aplicações financeiras (a)	86	19.865	-	-	-	-	-	19.951	1.094
Receitas de prestação de outros serviços (b)	8.223	6.071	-	14	1.204	1.813	92	17.417	13.644
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (c)	-	-	-	29	-	-	-	29	106
Despesas:									
Outras despesas operacionais – Comissão de afiliação	(869)	(879)	-	-	-	-	-	(1.748)	(2.394)
Outras despesas operacionais (d)	(7.559)	(901)	-	-	-	(1.141)	(2.293)	(11.894)	(6.575)
Contratos de prestação de serviços com a Servinet (e)	-	-	(41.854)	-	-	-	-	(41.854)	(37.281)
Prestação de serviços de processamento da dados (f)	-	-	-	-	-	-	(120)	(120)	(1.176)
Despesas financeiras (g)	-	(112.085)	-	-	-	-	-	(112.085)	-
Prestação de serviços de gestão de pagamentos (h)	-	(5.081)	-	-	-	-	-	(5.081)	-
Prestação de serviço para colocação de notas promissórias (i)	(619)	-	-	-	-	-	-	(619)	-

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado								
	Período de seis meses findo em 30/06/2015								Período de seis meses findo em 30/06/2014
	Acionistas		Controladas e "Joint Ventures"						
	Banco Bradesco	Banco do Brasil	Servinet	Orizon	Multidisplay	M4 Produtos	Braspag	Total	Total
Receitas:									
Receitas de aplicações financeiras (a)	2.393	66.008	-	-	-	-	-	68.401	1.784
Receitas de prestação de outros serviços (b)	15.747	11.768	-	31	1.863	3.224	182	32.815	27.248
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (c)	-	-	-	63	-	-	-	63	239
Despesas:									
Outras despesas operacionais – Comissão de afiliação	(1.764)	(2.102)	-	-	-	-	-	(3.866)	(5.437)
Outras despesas operacionais (d)	(13.431)	(1.782)	-	-	-	(3.213)	(3.629)	(22.055)	(14.586)
Contratos de prestação de serviços com a Servinet (e)	-	-	(73.724)	-	-	-	-	(73.724)	(62.492)
Prestação de serviços de processamento da dados (f)	-	-	-	-	-	-	(282)	(282)	(2.700)
Despesas financeiras (g)	-	(150.436)	-	-	-	-	-	(150.436)	-
Prestação de serviços de gestão de pagamentos (h)	-	(6.975)	-	-	-	-	-	(6.975)	-
Prestação de serviço para colocação de notas promissórias (i)	(4.360)	-	-	-	-	-	-	(4.360)	-

(a) Saldos correspondentes aos valores mantidos em conta corrente e aplicações financeiras, cujo prazos, encargos e taxas de remuneração, foram realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.

(b) Correspondem a serviços de prevenção a fraude e trava de domicílio bancário prestados pela Sociedade aos bancos acionistas, comissão sobre processamento de transações para as empresas M4Produtos, Multidisplay e Orizon e prestação de serviços financeiros, administrativos, compras, jurídico e serviços de RH para a empresa Braspag. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com outros bancos emissores.

(c) Vide nota explicativa nº 5.(e).

(d) Serviços contratados com bancos acionistas, referentes a: (i) seguro de vida coletivo empresarial; (ii) seguros hospitalar e odontológico; e (iii) contrato de previdência privada. Serviços de desenvolvimento de solução de captura móvel para a empresa M4Produtos e serviços de pré-processamento de transações para a empresa Braspag. A Sociedade entende que as condições financeiras praticadas pelos acionistas, quanto a preços, prazos e demais condições, foram realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas com terceiros.

(e) Prestação de serviços pela Servinet de contato e manutenção dos equipamentos de captura de transações nos estabelecimentos comerciais. A remuneração prevista pelos serviços prestados é estabelecida com base nos custos incorridos pela Servinet quando da prestação dos referidos serviços, acrescidos de impostos e contribuições, bem como de margem de remuneração.

(f) Refere-se a serviços de processamento de dados prestados pela M4Produtos e pela Braspag.

(g) Correspondem aos saldos referentes à emissão de Debêntures Privadas (vide nota explicativa 13.d) mantida pela BB Elo Cartões, empresa do conglomerado Banco do Brasil.

(h) Prestação de serviços pelo Banco do Brasil à Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de Direitos Outorgados à Cateno não forem por ela exercidas.

(i) Despesa apropriada no período referente à comissão para colocação e distribuição das Notas Promissórias (vide nota explicativa 13.c) paga ao Banco Bradesco BBI S/A, empresa do conglomerado Bradesco.

Principais transações com partes relacionadas

Saldos de bancos emissores

Os valores a receber de bancos emissores, apresentados líquidos na rubrica "Contas a pagar a estabelecimentos", referem-se aos montantes que devem ser repassados pelos emissores à Sociedade decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente repassados pela Sociedade aos estabelecimentos credenciados. Essas

Notas Explicativas

transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito.

Incentivos a bancos domicílio
A Sociedade detém contratos com bancos domicílio que visam incentivar os faturamentos de comissões e operações de antecipações de recebíveis. Nesses contratos, a Sociedade remunera os bancos de acordo com a "performance" e métricas neles estabelecidas.

Antecipação da agenda de recebíveis com bancos emissores
A Sociedade detém contratos de antecipação de valores vincendos, referentes aos repasses que o banco emissor acionista deve fazer à Sociedade em razão das transações efetuadas pelos clientes do banco portadores dos cartões de crédito. Essas operações de antecipação são realizadas para a geração de capital de giro de curto prazo e os valores depositados em conta-corrente são líquidos das taxas de antecipação, "pro rata temporis", calculados com taxas de mercado que não diferem substancialmente daquelas praticadas por bancos emissores que não são acionistas da Sociedade.

Serviços de utilização da rede credenciada Cielo ("Value Added Network – VAN")
A Sociedade detém contratos de serviço com a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços – CBSS. Tais serviços incluem captura, autorização e processamento de transações com cartões ALELO, bem como o atendimento aos estabelecimentos comerciais, serviços de "back office" operacional e financeiro, prevenção à fraude, emissão de extrato e controle financeiro das transações eletrônicas resultantes dessas transações. As taxas e tarifas cobradas por essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais parceiros terceiros.

Serviços de VAN e taxa de conectividade – Amex
A Sociedade detém um contrato não exclusivo de prestação de serviços de captura de transações de cartões emitidos pela Bandeira Amex (VAN), com a BankPar S.A. ("BankPar"), empresa do Grupo Bradesco licenciada dos direitos da bandeira American Express ("Amex") no Brasil. O contrato também estabelece a remuneração da BankPar, pela Sociedade, mediante o pagamento de taxa de conectividade, referente ao acesso da Sociedade aos estabelecimentos afiliados aos sistemas de adquirência da bandeira Amex. A parceria com a bandeira Amex tem alto potencial de geração de valor à Sociedade na medida que complementa seu portfólio de bandeiras. A assinatura dos contratos teve a aprovação do Conselho de Administração, com abstenção dos legalmente impedidos por conflito de interesse. Os preços cobrados pela prestação do serviço são semelhante àqueles praticados com os demais parceiros terceiros.

Trava de domicílio bancário
É decorrente de contratos de prestação de serviços de trava de domicílio bancário firmados com vários bancos, cujo serviço consiste em assegurar aos bancos a trava do domicílio bancário dos estabelecimentos credenciados que venham a efetuar operações financeiras com eles. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais bancos domicílio.

Escrituração de ações da Sociedade
Contrato de prestação de serviços de escrituração de ações da Sociedade firmado com o Banco Bradesco S.A., pelo qual este presta serviços de escrituração de ações e de agente emissor de certificados de ações de emissão da Sociedade.

Notas Explicativas

Serviços operacionais – Programa de emissão de ações
Contrato que consiste na prestação de serviços operacionais para o programa de opções de ações ("stock options") e respectivas outorgas firmado com a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

Serviços de gestão de pagamentos
O Banco do Brasil celebrou contrato de prestação de serviços com a Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de Direitos Outorgados à Cateno não forem por ela exercidas. O contrato possui cláusula de remuneração de 0,01% sobre o volume financeiro total de transações realizadas sob gestão da Contratante.

Serviços de escrituração de títulos e valores mobiliários
O contrato firmado com o Banco Bradesco S.A. consiste na prestação de serviços de escrituração de debêntures e banco mandatário.

Serviços de gestão de títulos e valores mobiliários
O contrato firmado com o Banco Bradesco BBI S.A. consiste na prestação de serviços de coordenação e distribuição de notas promissórias e debêntures, sendo a última, nos termos da Instrução CVM 400.

Serviços de gerenciamento operacional de títulos públicos e títulos privados
O contrato firmado com o Banco do Brasil S.A. tem por objeto regular a prestação dos serviços de movimentação, custódia e liquidação financeira das operações realizadas com títulos públicos registrados na SELIC e com títulos privados registrados na CETIP.

Serviços de representação junto à CIP
O contrato firmado com o Banco do Brasil S.A. consiste na representação do banco junto à CIP – Câmara Interbancária de Pagamentos, visando à prestação de serviços de liquidação das transações efetuadas com os cartões de crédito e/ou débito e prestação de serviços de emissões de STR's – Sistema de Transferência de Reservas.

Outros contratos pulverizados
Além dos saldos registrados, a Sociedade mantém outros serviços contratados com os principais acionistas, a saber:

- Serviços de "cash management".
- Seguros contratados.
- Serviços de plano de saúde e previdência complementar.
- Cartão de crédito corporativo.
- Serviço de pagamento a fornecedores.

Notas Explicativas

Projeto Cateno
Em 27 de fevereiro de 2015, a Sociedade firmou associação com a empresa BB Elo Cartões Participações S.A., subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., para a criação da Cateno, cujos termos da transação estão detalhados na nota explicativa n° 01 – Contexto Operacional.

30 Informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais ("Chief Operating Decision-Maker – CODM").

As demonstrações financeiras anteriores ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 apresentavam somente um único segmento de negócio para o Grupo, que compreendia a prestação de serviços relacionados à captura e ao processamento de transação com cartões de crédito e débito, outros meios de pagamentos, credenciamento de estabelecimentos comerciais e serviços correlatos.

A partir do fechamento da associação com o BB Elo Cartões, quando foi constituída a Cateno, em 27 de fevereiro de 2015, cujas atividades operacionais se referem substancialmente à gestão de contas de pagamentos no âmbito do Arranjo de Pagamento Ourocard, que difere essencialmente do segmento supramencionado, o Grupo passou a deter dois tipos de negócios: (i) prestação de serviços relacionados à captura e ao processamento de transação com cartões de crédito e débito, outros meios de pagamentos, credenciamento de estabelecimentos comerciais e serviços correlatos e (ii) gestão de transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito, dentre elas a emissão de cartões, gestão de contas de pagamento, apoio ao gerenciamento e controle da segurança das transações, o pagamento de tarifas às bandeiras e arranjos de pagamentos, e outros serviços correlatos à gestão de contas de pagamentos.

Em ato contínuo, a Administração passou a monitorar separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base em métricas diversas, tais como, Receita Líquida, Lucro antes dos Impostos, Lucro Líquido, entre outras, que, em alguns casos é medido de forma diferente do lucro ou prejuízo operacional das informações contábeis intermediárias consolidadas.

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Com relação às informações sobre a área geográfica, a Sociedade possui operações realizadas no Brasil e nos Estados Unidos da América, por meio de suas controladas Me-S e Cielo USA.

Notas Explicativas

	Período de três meses findo em 30 de Junho de 2015			Período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015		
	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado
Mercado Interno	1.843.440	571.653	2.415.093	3.658.749	778.991	4.437.740
Mercado Externo	380.688	-	380.688	709.805	-	709.805
Receita operacional líquida	2.224.128	571.653	2.795.781	4.368.554	778.991	5.147.545
Custo dos serviços prestados	(914.976)	(387.787)	(1.302.763)	(1.768.609)	(527.524)	(2.296.133)
Lucro Bruto	1.309.152	183.866	1.493.018	2.599.945	251.467	2.851.412
Receitas operacionais	(346.484)	(16.733)	(363.217)	(668.341)	(23.147)	(691.488)
Lucro Operacional	962.668	167.133	1.129.801	1.931.604	228.320	2.159.924
Resultado Financeiro	460.670	(243.316)	217.354	884.024	(336.675)	547.349
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	1.423.338	(76.183)	1.347.155	2.815.628	(108.355)	2.707.273
Imposto de renda e contribuição social	(465.508)	25.909	(439.599)	(910.400)	36.849	(873.551)
Lucro (prejuízo) líquido	957.830	(50.274)	907.556	1.905.228	(71.506)	1.833.722
Atribuído a:						
Controladora Cielo S.A.	956.689	(87.241)	869.448	1.902.006	(120.709)	1.781.297
Outros acionistas que não a Cielo S.A.	1.141	36.967	38.108	3.222	49.203	52.425

Para o início da atuação no segmento de negócios de "Gestão de Contas de Pagamentos", foi outorgado à controlada Cateno os direitos de exploração do Arranjo de Pagamentos Ourocard, no montante de R$ 11.572 milhões (vide nota explicativa n° 10), cuja amortização está sendo apropriada na rubrica de despesas de depreciação e amortização, conforme demonstrado abaixo:

	Período de três meses findo em 30 de Junho de 2015			Período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015		
	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado
Depreciação e amortização	(129.531)	(96.433)	(225.964)	(253.834)	(128.578)	(382.412)

A seguir estão demonstrados os saldos patrimoniais por segmento em 30 de junho de 2015:

	Saldos patrimoniais em 30 de junho de 2015		
	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado
Total do Ativo	15.566.742	12.437.881	28.004.623
Aquisições de Imobilizado e Intangível	327.279	11.572.000	11.899.279
Investimento em controladas e coligada	84.483	-	84.483

Notas Explicativas

31 Itens que não afetam o caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	**30/06/2014**	**30/06/2015**	**30/06/2014**
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	139.994	43.381	139.994	43.381
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(213.566)	(65.847)	(393.811)	(122.958)
Dividendos mínimos e juros sobre o capital próprio a pagar	(524.785)	(769.767)	(524.785)	(769.767)
Dividendos mínimos e juros sobre o capital próprio a receber de controlada direta	2.159	2.681	-	-
Integralização de não controladores	-	-	3.590.688	-

32 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2015, a Sociedade mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	**Importância segurada**
Responsabilidade civil e executivos	110.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo e alagamento e inundação)	33.111
Lucros cessantes	17.402
Veículos	742
Armazenagem de equipamentos de captura de transações	192.544
Transporte de equipamentos de captura de transações	2.423.846
FINAME de equipamentos de captura de transações	907.663

33 Aprovação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 29 de julho de 2015.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Acionistas e aos Administradores da

Cielo S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cielo S.A. (“Sociedade”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Osasco, 29 de julho de 2015

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Cláudio Rogélio Sertório

Contador CRC 1SP212059/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

“Aos Senhores Acionistas da Cielo S.A.

Os membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A., no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 30 de junho de 2015, e à vista do relatório da KPMG Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, opinando por sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos Acionistas”.

Barueri, 29 de julho de 2015.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015, bem como, concordou com relatório dos auditores independentes.

Barueri, 29 de julho de 2015.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015.

Barueri, 29 de julho de 2015.